FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

# LIVRO COMEMORATIVO

DA

# FUNDAÇÃO

DA

# CADEIRA DE ESTUDOS CAMONIANOS

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1927

LIVRO COMEMORATIVO

DA

# FUNDAÇÃO

DA

# CADEIRA DE ESTUDOS CAMONIANOS

Ex.$^{mo}$ Senhor Zeferino d'Oliveira

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

# LIVRO COMEMORATIVO

DA

# FUNDAÇÃO

DA

# CADEIRA DE ESTUDOS CAMONIANOS

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1927

*Desta edição fez-se uma tiragem especial de 20 exemplares, que não entraram no mercado.*

# A CAMONOLOGIA

OU

# OS ESTUDOS CAMONIANOS

*MAIS respeitável das instituições literárias lusitanas do Brasil, o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, para a celebração do 3.º Centenário da Morte de Luís de Camões, em 1880, convidou a falar Joaquim Nabuco; em 1924, para a celebração do 4.º Centenário do Nascimento do Poeta, quis ainda distinguir outro dos nossos, no momento do convite Presidente da Academia Brasileira, a mais respeitável das instituições literárias nacionais. É a razão desta conferência.*

*Não quis o autor louvar Camões senão com os próprios versos, e altos juizos, de competentes. De seu pôs apenas uma vista geral e alguns aspectos menos admirados dêsse monumento, que avulta à nossa maravilha, do Poeta e de seu Poema, nunca bastante estudados, como convém.*

*Daí, e para isso, a idea da criação, em Universidade Portuguesa, de uma cadeira de «Estudos Camonianos», cadeira de Camões, como Dante Alighieri teve em Flo-*

*rença, desde o Século XIV, e terá Victor Hugo, em Paris, dentro em breve; estudar-se há aí, como alhures a « Dantologia », essa outra enciclopédia, a « Camonologia », que ensinará língua, artes, letras, sciências, moral, civismo, patriotismo, através da vida do maior dos Lusíadas e através da maior obra épica e lírica do nosso património literário.*

*A realização da idea escusa o autor e a sua conferência, que não aspiraram a outra, nem maior consagração.*

Ex.mo Senhor Doutor Afranio Peixôto

UM templo, de saber e de patriotismo, o que os corações devotos, na hora augusta da celebração do 4.º Centenário de Luís de Camões, podem e devem fazer na sua comovida adoração, — é apenas isto, uma prece.

Simples, desataviada, sincera, humilde, imperfeita — que importa? — assim como Deus não despreza os corações contritos e humilhados, — a memória excelsa do Poeta nos perdoará êsse louvor, me perdoará a mim, que o invoco:

*Mas eu que falo humilde, baxo e rudo,*
*De vós não conhecido, nem sonhado?*

*Da bôca dos pequenos sei, contudo,*
*Que o louvor sae as vezes acabado* (10.154).

Atendei-me e vereis que o louvor vai sair acabado, e o fecho desta oração pode ser digno do Poeta.

Mas isto não será senão vosso: entretanto, meus amigos, meus irmãos em Camões, esperai por mim!

Quero convosco, de longe, e como podermos, dar

a volta ao Poeta e ao seu Poema, e louvá-lo ao menos com a nossa admiração. Louvá-lo, estudando, por alto e de longe, emquanto outros não poderem estudar, como alguns privilegiados vão podendo, mas cumpre que todos possam, definitivamente, com honesto estudo.

## O «HONESTO ESTUDO» E A «LONGA EXPERIENCIA»

Se o lírico, pelo que tem de pessoal, é apenas um apaixonado dos sentimentos íntimos e o mundo exterior será apenas a moldura dessas sensações, no épico a projecção da personalidade, na acção, impõe um contacto mais assíduo com a Natureza. Em Camões a distinção é fundamental. Nos seus sonetos de amor há um livro inteiro de sublime psicologia amorosa e o mesmo tema do amor infeliz passa e repassa nas mais diversas cambiantes que os sentimentos obrigam a uma alma apaixonada. É o amor a que os psicólogos de hoje chamam obsessão, idea intoxicante, idea tão fixa e tão pertinaz, para que a própria vida é curta, se êle é tão longo.

*Pera tão longo amor tão curta vida* (Soneto).

E quando sai fora de si, se pode sair de si, é para

estar nela, como vive com ela, dentro consigo, sem mudar, transformando-se apenas:

*Transforma-se o amador na cousa amada,*
*Por virtude do muito imaginar...* (Soneto).

O épico, nos seus *Lusíadas,* se tem alguns retornos a si próprio, em que se queixa de seus pesares e da ingratidão da Pátria, se se alça ao comentário geral e filosófico dos factos nos quais entra directamente o seu «claro engenho», sempre, e não podia deixar de ser assim, o Poema é a projecção externa de seu amor à sua gente, à sua terra, Lusíadas e Portugal, e é na vasta natureza, num scenário maravilhoso de águas, terras, céus, novos e ignotos, que se desenrolam, em dez cantos, todos os actos dêsse estupendo drama heróico.

A Natureza devia estar presente como enscenação indispensável à epopeia: isto era impôsto ao escritor, mas nêle havia um grandíssimo poeta, e por isso admirámos no seu poema — «êsse profundo sentimento da Natureza, de que era dotado» e lhe reconheceu um sábio, a quem não faltou poesia, Alexandre de Humboldt. São dêle estas palavras que ninguem diria com mais autoridade, e devem ser por isso repetidas:

« Aquela singular concepção da Natureza qeu tem

origem na própria observação, brilha soberanamente na grande epopeia nacional da literatura portuguesa». «Como observador da Natureza posso acrescentar que nunca houve poeta mais exacto na pintura dos fenómenos naturais e que jamais o entusiasmo de linguagem ou os seus melancólicos pensamentos prejudicam a exactidão da pintura dos fenómenos físicos, antes, como sucede sempre que a arte brota de fonte pura, êles realçam a viva impressão de grandeza e verdade dos quadros da Natureza. São inimitáveis em Camões as descrições da eterna correlação entre o Céu e o Mar, entre as nuvens multiformes, os seus processos meteorológicos e os diferentes estados da superfície do Oceano. Ora é uma doce brisa que encrespa o espelho das águas, ora são brilhantes feixes de luz das pequenas ondas quebradas, ora é a tempestade em todos os seus horrores quando os navios de Coelho e Paulo da Gama lutam com os elementos desencadeados. Camões é, no sentido próprio da expressão, um grande pintor marítimo» (1). E nota como todos os fenómenos do Oceano lhe não escapam, o fogo de Santelmo, a tromba marinha, o quadro do mundo, de polo a polo, entre ilhas e continentes e até os

---

(1) Alexandre de Humboldt, *Kosmos*, trad. de Faye, II, 58, etc.

segredos da máquina do mundo. Mas não é sem um travo de censura êsse encanto. Continua o sábio:

«Se louvei Camões principalmente como pintor marítimo, foi para significar que a vida terrestre o tinha atraído menos intensamente. Já Sismondi nota com razão que o Poema inteiro não contém vestígio de qualquer observação sôbre a vegetação tropical e o seu aspecto fisionómico(1). São apenas mencionados os perfumes e produtos comerciais úteis. O episódio da ilha encantada oferece sem dúvida a mais deliciosa pintura duma paisagem, mas a vegetação é formada, como exige uma ilha de Vénus, de mirtos, cidreiras, limões odoríferos e romãs, tudo próprio do sul da Europa».

Há aqui leve contradição; Humboldt dissera antes: «Respira-se como que um aroma de flores da Índia através de todo o Poema, escrito sob o céu dos tró-

---

(1) Aliás isto não é inteiramente exacto. Camões, sôbre a natureza tropical, numa palavra lhe dá, mais de uma vez, a característica das florestas:

> *... na espessura*
> *De silvestre arvoredo abastecida,*
> *Rompendo os ramos vão da mata escura* (1.35)...
> *De aspero mato e de espessura brava* (5.56)...
> *Em fim que nesta incognita espessura* (5.83)...

Esta «espessura» é densidade de árvores, floresta densa como as matas tropicais... As matas do sul da Europa, ralas e escassas, não dariam tal imagem ao poeta.

picos, na gruta de Macau e nas ilhas Molucas»...(1) Mas isso não tiraria razão a Sismondi e é Humboldt que convém com êle sôbre a escassez das paisagens tropicais do nosso Poeta.

O sentimento da natureza, em arte, é recente: é do século XVIII, começa com Rousseau. Camões seria pois um precursor, mas como a vegetação não ocupa no seu poema o espaço do mar e do céu, daí a censura. Mas se é uma epopeia de navegação? Realmente é demasiada a crítica. Mas há ainda uma razão, e com a desculpa à defesa atinou o Conde de Ficalho, na sua *Flora dos Lusíadas* (2): «O ponto de vista puramente scientífico na observação dos seres da natureza é muito moderno. Os livros gregos — à-parte talvez o de Teofrasto — não são obras de botânica, mas tratados de matéria médica. Nos escritos dos Árabes, nos da Idade-Média e nos da Renascença conserva-se o mesmo carácter. Os vegetais atraíam a atenção ùnicamente pelos

(1) A idea tivera, antes, vestígio em Schlegel: «Assim como vêm de longe perfumes inebriantes alentar os nautas em meio das ondas e das fadigas, e anunciar-lhes que a Índia está próxima, assim também este poema concebido debaixo do céu indiano, exala aroma que embriaga» (K. W. Fred. Schlegel, *Geschichte der alten und neuen Literatur*, pág. 96, *apud* Leite de Vasconcelos, *Respigos camonianos*, I, Lisboa, 1904, pág. 28.

(2) Conde de Ficalho, *Flora dos Lusíadas*, Lisboa, 1880, pág. 16.

produtos que forneciam ao homem. Especiarias ardentes, perfumes subtis, madeiras preciosas, remédios poderosos, antídotos soberanos, é o que os navegadores procuravam e os naturalistas descreviam ».

Aí está. Depois, indo mais ao íntimo dos sucessos, ¿que procuravam os Lusíadas, por mares nunca dantes navegados? A Índia, o comércio da Índia, privado de chegar à Europa, pois que a via Mar Vermelho-Mar Mediterrâneo estava impedida pelos Turcos. Foi o que Portugal buscou no Oriente, estabelecendo entrepostos comerciais na costa, sem penetração no interior, sem a verdadeira colonização, que é muito mais tardia. Sòmente quando a intolerância religiosa dos Felipes tranca o pôrto de Lisboa ao comércio dos Flamengos, é que estes não se podendo mais abastecer no mercado europeu das Índias, à foz do Tejo, fazem-se ao mar largo, e no Brasil, e em Java e Samatra, vão tentar a aquisição directa dessas drogas, que lhes impedem comprar em segunda mão. Começa a colonização pròpriamente, a lavoira e a indústria, do que fôra apenas troca e comércio. Portanto « essas navegações grandes » não foram a descobrir e observar o mundo, num desinteressado espírito de sciência ou comovido sentimento artístico; não se internaram pelas

novas terras assim reveladas ao mundo: bastava--lhes nos entrepostos marítimos trocar mercadorias e em lugar das europeias deixadas, levar as asianas, pimenta, canela, sândalo, cânfora, porçelanas, perlas e ouro...

Entre a saudade da Pátria e a aquisição dêsses produtos da India havia o permeio das viagens longuíssimas, por calmas e tempestades, encantamentos e trabalhos, e disso, dessas intenções e dessa realização, ficou um transunto eterno, que são *Os Lusiadas*, que não descrevem o mundo, senão contam os feitos dos Portugueses no mundo... O scenário, sim, lhe inspira acentos grandiosos, pois que é indispensável à epopea, mas êsse scenário é marítimo, costas e praias, quando muito angras e enseadas, e a vegetação europea à partida de Lisboa é tão somenos, quanto a vegetação asiática, ao termo da conquista.

O essencial é o que está descrito, não quando começa:

*... quando abrimos*
*As asas ao sereno e sossegado*
*Vento, e do porto amado nos partimos;*
*E como é já no mar costume usado,*
*A vela desfraldando, o céu ferimos,*
*Dizendo: «Bôa Viagem!» logo o vento*
*Nos troncos fez o usado movimento* (5.1),

ou ao cabo da peregrinação:

*Já a manhã clara dava nos outeiros*
*Por onde o Ganges murmurando soa,*
*Quando da celsa gávea os marinheiros*
*Enxergaram terra alta pela proa* (6.92);

mas nos trabalhos dela, pela gente surpreendente que a empreendeu, e a realizou:

*... imagina agora quam coitados*
*Andariamos todos, quam perdidos,*
*De fomes, de tormentas quebrantados,*
*Por climas e por mares não sabidos,*
*E do esperar comprido tam cansados,*
*Quanto a desesperar já compelidos*
*Por céus não naturaes, de qualidade*
*Inimiga de nossa humanidade.* (5.70).

*Corruto já e danado o mantimento,*
*Danoso e mau ao fraco corpo humano,*
*E além disso nenhum contentamento*
*Que se quer da esperança fosse engano!*
*Crês tu que, se este ajuntamento*
*De soldados não fôra lusitano,*
*Que durára ele tanto obediente*
*Por ventura a seu rei e a seu regente?* (5.71).

*Crês tu que já não foram levantados*
*Contra seu capitão, se os resistira,*
*Fazendo-se piratas, obrigados*
*De desesperação, de fome, de ira?*

*Pois que nenhum trabalho grande os tira*
*Daquela portuguesa alta excelencia*
*De lealdade firme e obediencia* (5.72).

Que êsse imenso Poeta era um sábio, está o que nem tôda a gente o sabe. Não só nas sciências da terra, senão também nas do céu, versado no conhecimento arguto e experiente da observação, com o que n'*Os Lusíadas* são freqüentes e seguras as noções astronómicas. Quem o podia fazer, um douto professor na Universidade de Coimbra, provou-o num livro *Astronomia dos Lusíadas* (1). No seu entusiasmo julga que *Os Lusíadas* devem ser aproveitados para o ensino da cosmografia nos liceus. ¿Não está nêles minuciosamente, sàbiamente, descrito o sistema de Ptolomeu? Para chegar ao de Copernico, mais transcendênte, e menos evidênte à observação directa, os homens de hoje, como a Humanidade, tiveram teorias mais complicadas, porêm mais aceitáveis à razão imediata. Essas são as do seu tempo, e expostas mágnificamente pelo Poeta: essas são ainda hoje indispensáveis ao conhecimento, para alcançar a actualidade sciêntifica. No seu curso de Mecânica Celéste, o sábio professor de Coimbra,

(1) Luciano Pereira da Silva, *Astronomia dos Lusíadas*, Coimbra, 1915.

fazendo a história das doutrinas sciêntificas até o aparecimento da lei de Newton, a propósito do sistema de Ptolomeu, lê e comenta aquêle « transunto reduzido » da «grande máquina do mundo», que Tétis mostra ao Gama no Canto X, no qual Alexandre de Humboldt justamente encontrou « uma visão no estilo do Dante ».

Luciano Pereira da Silva rebate uma impiedade de Oliveira Martins, que, elogiando a geografia do Poeta, taxou de «fantastica» a sua cosmografia. Não, isso é imprudente, e isto é que é fantástico. Uma teoria perempta em sciência não é fantasia: o sistema de Ptolomeu foi « a verdade » aceita por mais de um milénio. N'*Os Lusiadas* se encontram « descritos todos os factos fundamentais da astronomia » e à medida que tais e tais oitavas « vão sendo lidas, as diferentes noções elementares desta sciência poderão ser introduzidas ». Não é pequeno mérito este, se é incidente, e o mérito maior do Poeta e do Poema está em que a sua astronomia implícita, de navegante, não era inferior à explicita, de escritor, que se compraz apenas em descrever.

Há um passo, em que esse « honesto estudo » do Poeta se revela ao comentador, com evidência característica. A armada do Gama havia partido de

Lisboa, e chegára à angra de Santa Helena, após quatro meses de viagem... quatro luas se podia dizer, mas Camões não o disse:

> *Mas já o Planeta que no céu primeiro*
> *Habita, cinco vezes apressada,*
> *Agora meio rosto, agora inteiro*
> *Mostrara, em quanto o mar cortava a armada* (5.24).

No *Almanach perpetuum*, de Zacuto Lusitano, impresso em Leiria em 1496, nêsses quatro meses de 1497 lá estão testificadas as cinco vezes em que a lua passaria do quarto crescente à lua cheia:

> *Agora meio rosto, agora inteiro* (5.24).

Não é só o amor da natureza que o faz grande Poeta, é o da verdade que o faz sábio, e daí, fiel historiador. O douto comentador, convencido dessa honestidade de seu Poeta, é por ela levado a uma descoberta, que é de honra portuguesa: a do Cruzeiro do Sul. Com efeito, diz Camões:

> *Já descoberto tinhamos diante*
> *La no novo hemisfério nova estrela,*
> *Não vista de outra gente, que ignorante*
> *Alguns tempos esteve incerta dela* (5.14).

A alusão do Alighieri a *quatro stelle*, dadas como a nova constelação de que fala Camões, é rebatida com análise sapiente, e até ajudada de dois dantolo-

gistas competentes em astronomia, Rizzacasa, que as identifica a «Ara», e Angelitti, que as considera fictícias.

A história trás a confirmação técnica, que é bem portuguesa a descoberta dessa constelação, já aludida por Mestre João, piloto de Cabral, a 1.º de Maio de 1500, e já utilizada para marear, no *Tratado* de João de Lisboa, de 1514. Camões tinha razão de o dizer:

> *Já descuberto tinhamos diante*
> *Lá no novo hemisfério nova estrela* (5.14),

e o seu comentador de o proclamar, desses Lusíadas, que não só na terra, senão também no céu

> *Novos mundos ao mundo irão mostrando* (2.45).

### «A DISCIPLINA MILITAR PRESTANTE»

Camões está a reclamar duas monografias sábias sôbre a sua arte de guerreiro e de navegante, a disciplina militar prestante, que êle andou «vendo, tratando e pelejando»: é um «Camões bélico» e outro «Camões nautico» (1), que talvez sòmente possam fazer, quem como êle tiver

> *Nũa mão sempre a espada e noutra a pena* (7.79),

---

(1) Não omito o *Luís de Camões marinheiro*, de Almeida d'Eça,

ou algum «rudo marinheiro», dêsses

*Que tem por mestra a longa experiencia* (5.17).

Haverá aí não só lição de estratégia oú de táctica, ou de navegação, mas a menção das armas antigas e dos costumes náuticos do tempo, além das descrições gerais do campo militar e do comando marítimo, que provarão ainda a competência do nosso Poeta, ao lado do seu estro épico. Ao xéque mouro que vem a bórdo, manda o Gama

*... amostrar as armaduras.*
*Vem arneses e peitos reluzentes,*
*Malhas finas e laminas seguras,*
*Escudos de pinturas diferentes,*
*Pilouros, espingardas de aço puras,*
*Arcos, e sagitiferas aljavas,*
*Partasanas agudas, chuças bravas* (1.67).

*As bombas vem de fogo e juntamente*
*As panelas sulfureas tam danosas,*
*Porem aos de Vulcano não consente*
*Que dêm fogo ás bombardas temerosas* (1.68).

O Mouro contra Dom Sancho:

*Não lhe aproveita já trabuco horrendo,*
*Mina secreta, ariete forçoso* (3.79).

---

que parece não bastar. O capítulo de J. M. Rodrigues (*Fontes dos Lusíadas*, Coimbra, 1905), sôbre «Camões e Fernão Lopes», sôbre a batalha de Aljubarrota, poderá ser o amago de um «Camões bélico».

Na vingança contra a morte de um herói, não se aflige, pois

> *Que eu ouço retumbar a gran tormenta,*
> *Que vem já dar a dura e eterna pena,*
> *De esperas, basiliscos e trabucos* (10.32).

Numa invocação a outro herói, exorta-o a

> *Trabalhos e perigos inumanos,*
> *Abrolhos ferreos mil, passos estreitos,*
> *Tranqueiras, baluartes, lanças, setas,*
> *Tudo fico que rompas e sometas* (10.57).

Na batalha de Aljubarrota há, talvez mais que nas outras acções, a estudar a arte militar do Poeta, a comparar com as suas fontes. A guerra se prepara inevitável, flagelo periódico que a Humanidade sofre, ainda quando o condene:

> *Das gentes populares uns aprovam*
> *A guerra com que a patria se sostinha;*
> *Uns as armas alimpam e renovam,*
> *Que a ferrugem da paz gastadas tinha.*
> *Capacetes estofam, peitos provam,*
> *Arma-se cada um como convinha;*
> *Outros fazem vestidos de mil côres,*
> *Com letras e tenções de seus amores* (4.22).

Depois, já é a realidade terrível, para os que lhe vão sofrer as conseqüências:

> *Estavam pelos muros temerosas*
> *E de um alegre medo quasi frias,*

*Rezando as mãis, irmãs, damas, e esposas*
*Prometendo jejuns e romarias:*
*Já chegam as esquadras belicosas*
*Defronte das imigas companhias,*
*Que com grita grandissima os recebem,*
*E todas grande duvida concebem* (4.26).

*Respondem as trombetas mensageiras,*
*Pifaros sibilantes e atambores,*
*Alferezes volteam as bandeiras,*
*Que variadas são de muitas côres:*
*Era no seco tempo, que nas eiras*
*Ceres o fruto deixa aos lavradores,*
*Entra em Astréa o Sol, no mês de Agosto,*
*Baco das uvas tira o doce mosto* (4.27).

Estes quátro bucólicos versos, não sòmente situam no tempo a acção, mas formam hiato de repouso e de paz diante do que vai começar. E aqui devo dizer, nunca pude lêr ou recitar estes versos, sem uma crispação, de pavor, o que deve anteceder a uma acção decisiva, de perigo ou de morte:

*Deu sinal a trombeta castelhana,*
*Horrendo, fero, ingente e temeroso;*
*Ouviu-o o monte Artabro e Guadiana*
*Atrás tornou as ondas de medroso;*
*Ouviu-o Douro e a terra transtagana,*
*Correu ao mar o Tejo duvidoso,*
*E as mãis que o som terribil escuitaram*
*Aos peitos os filhinhos apertaram* (4.28).

Começa a batalha:

*Começa-se a travar a incerta guerra,*
*De ambas as partes se move a primeira ala,*
*Uns leva a defensão da propria terra,*
*Outros, as esperanças de ganhá-la* (4.30).

*Já pelo espesso ar os estridentes*
*Farpões, setas e varios tiros voam;*
*Debaxo dos pés duros dos ardentes*
*Cavalos, treme a terra, os vales soam;*
*Espedaçam-se as lanças e as frequentes*
*Quedas, co'as duras armas tudo atroam.*
*Recrescem os imigos sobre a pouca*
*Gente do fero Nuno que os apouca* (4.31).

E continua a peleja:

*Rompem-se aqui dos nossos os primeiros,*
*Tantos dos inimigos a eles vão!* (4.34).

Nuno na espessura

*Das lanças se arremessa, que recrescem* (4.35).

D. João, o mestre de Aviz,

*Tudo corria e via e a todos dava*
*Com presença e palavras coração* (4.36).

Mas nessa guerra, não esquece o Poeta dizê-lo, pela bôca do seu herói:

*Vêdes-me aqui, rei vosso e companheiro,*
*Que entre as lanças e setas e os arneses*
*Dos inimigos corro e vou primeiro!*
*Pelejai, verdadeiros Portugueses!* (4.38).

A razão é dessas que dignificam não só a vida, mas também a acção de violência, e de sangue, em que ela se arrisca ou se perde:

> *Ó fortes companheiros, ó subidos*
> *Cavaleiros, a quem nenhum iguala,*
> *Defendei vossas terras, que a esperança*
> *Da liberdade está na vossa lança* (4.37).

No mar, Camões, que sabia da guerra, por tê-la provado em Marrocos, no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico, estava mais no seu elemento, pois que a bórdo da nau «S. Bento» e da nau «Santa Clara», duas vezes fizera o caminho da Índia... e nas delongas da viagem aprendera quási a «longa experiência» dos «rudos marinheiros». Por isso, termos que nos parecem genéricos e imprecisos têm nêle significado técnico exacto. Tais estes dois verbos «sair» e «surgir», que se repetem n'*Os Lusíadas* e tem acepção marítima restricta. «Sair» é sair em terra, é desembarcar:

> *Porque saindo a gente descuidada* (1.80).
> *Esperam que a guerreira gente saia* (1.86).
> *De não sair em terra toda a gente* (2.87).
> *Mas os fortes mancebos, que na praia*
> *Punham os pés, de terra cubiçosos,*
> *Que não ha nenhum deles que não saia* (9.66) (1).

---

(1) V. cantos 2.75, 83; 5.36.

« Surgir » é fundear, lançar ferro. Vénus impede aos seus protegidos a perfídia do Mouro, que os atraía, mas em vão, porque ela velava, e assim, a armada

> *Não entra pela barra e surge fora* (1.102).

Partidos do rio dos Bons Sinais, onde sofreram tão maus tratos,

> *Assim que deste porto nos partimos*
> *Com maior esperança e mór tristeza,*
> *Na dura Moçambique em fim surgimos* (5.84).

A quem tem esta sciência até dos termos próprios incaracterísticos, não admira essa outra da arte náutica, que pelo poema se repete. . O mestre atento comanda:

> *E porque o vento vinha refrescando,*
> *Os traquetes das gáveas tomar manda.*
> *Alerta, disse, estai que o vento cresce*
> *Daquela nuvem negra que aparece* (6.70).
>
> *Não eram os traquetes bem tomados,*
> *Quando dá a grande e subita procela.*
> *Amaina, disse o mestre a grandes brados,*
> *Amaina, disse, amaina a grande vela.*
> *Não esperam os ventos indinados*
> *Que amainassem; mas juntos dando nela*
> *Em pedaços a fazem cum ruido*
> *Que o mundo pareceu ser destruido* (6.71).

*O céu fere com gritos nisto a gente*
*Cum súbito temor e desacordo,*
*Que no romper da vela a nau pendente*
*Toma gram soma dagua pelo bordo.*
*Alija tudo ao mar; não falte acordo,*
*Vão outros dar á bomba, não cessando!*
*Á bomba! que nos imos alagando!* (6.72).

*Correm logo os soldados animosos*
*A dar á bomba e tanto que chegaram*
*Os balanços que os mares temerosos*
*Deram á nau, num bordo os derribaram.*
*Tres marinheiros duros e forçosos*
*A menear o leme não bastaram;*
*Talhas lhe punham d'ũa e doutra parte*
*Sem aproveitar dos homens força e arte* (6.73).

*Nos altissimos mares que cresceram*
*A pequena grandura dum batel*
*Mostra a possante nau, que move espanto,*
*Vendo que se sustem nas ondas tanto* (6.74).
*A noite negra e feia se alumia*
*Cos raios em que o pólo todo ardia* (6.76).

*. . . os ventos que lutavam*
*Como touros indomitos bramando,*
*Mais e mais a tormenta acrescentavam,*
*Pela miuda enxarcia assuviando.*
*Relampados medonhos não cessavam,*
*Feros trovões, que vem representando*
*Cair o céu dos eixos sobre a terra,*
*Consigo os elementos terem guerra* (6.84).

Mas tudo passa, ainda a tempestade:

*Depois de procelosa tempestade,*
*Nocturna sombra, sibilante vento,*
*Traz a manhã serena claridade,*
*Esperança de porto e salvamento;*
*Aparta o sol a negra escuridade,*
*Removendo o temor ao pensamento* (4.1).

As «marinhas», como se diria de certo género de pintura, e Camões é um grande pintor marítimo... são impressivas, tanto em algumas palavras se debuxa o quádro:

*Já no largo oceano navegavam,*
*As inquietas ondas apartando,*
*Os ventos brandamente respiravam,*
*Das naus as velas concavas inchando;*
*Da branca escuma os mares se mostravam*
*Cobertos, onde as proas vão cortando* (1.19).

Outra:

*Da lua os claros raios rutilavam*
*Pelas argenteas ondas neptuninas,*
*As estrelas os céus acompanhavam,*
*Qual campo revestido de boninas...* (1.58).

Outra:

*Começa a embandeirar-se toda a armada*
*E de toldos alegres se adornou* (1.59).

Mais outra:

*Eis nos bateis o fôgo se levanta*
*Na furiosa e dura artilheria,*
*A plumbea péla mata, o brado espanta,*
*Ferido o ar retumba e assovia* (1.89).

Outra mais:

*Dai velas, disse, dai ao largo vento* (2.65).

Outra ainda:

*Alevanta-se nisto o movimento*
*Dos marinheiros de ũa e outra banda,*
*Levam gritando as ancoras acima,*
*Mostrando a ruda força que se estima* (2.65).

Ainda mais:

*O mar se via em fogos acendido* (2.91).

Mais outra:

*Viam-se em derredor ferver as praias* (2.93).

Ainda esta:

*Em procissão solene a Deus orando,*
*Pera os bateis viemos caminhando* (4.88).

Esta mais:

*Já a vista pouco e pouco se desterra*
*Daqueles patrios montes que ficavam,*

*Ficava o caro Tejo e a fresca serra*
*De Sintra, e nela os olhos se alongavam;*
*Ficava-nos tambem na amada terra*
*O coração, que as magoas lá deixavam;*
*E já despois que toda se escondeu,*
*Não vimos mais em fim que mar e céu* (5.3).

Mais esta finalmente:

*Cousas do mar, que os homens não entendem,*
*Súbitas trovoadas temerosas,*
*Relampados, que ar em fogo acendem,*
*Negros chuveiros, noites tenebrosas,*
*Bramidos de trovões que o mundo fendem* (5.16).

E a tromba marinha, que não há quem não conheça, o lume vivo do fôgo de Santelmo, que não há quem esqueça, e o Cabo das Tormentas, da «Esperança Bôa», o gigante Adamastor. .

*Quando ũa noite, estando descuidados*
*Na cortadora prôa vigiando,*
*Ũa nuvem, que os ares escurece,*
*Sobre nossas cabeças aparece* (5.37).

Não continuarei... seria preciso recitar-vos todo o sublime episódio: êsse «Camões nautico» será difícil escrever-se, porque é preciso quási repetir todo o Poema. Se há a diversidade incessante das paiságens, há um só e constante pensamento: essa escóla de dureza e de energia que fez de um pe-

queno povo um grande herói da civilização, — e só o trabalho torna grandes e imortais os homens, — o trabalho incansável que não dá trégoas nem paz, e é como uma profecia, de quátro séculos:

*Que o trabalho do mar, que tanto custa,*
*Não sofre amores nem delicadeza;*
*Antes de guerra fervida e robusta*
*A nossa historia seja; pois dureza*
*Nossa vida ha de ser, segundo entendo,*
*Que o trabalho por vir m'o está dizendo* (6.41).

«DEUSES VÃOS», «DEUSES... HUMANOS»

Dos mais constantes reparos que se fazem a Camões é esse, de ter recorrido à mitologia, na era cristã, recuando no tempo como não o fizeram Dante ou Tasso e, mais grave, ter misturado, no mesmo poema, às vezes no mesmo canto, o religioso pagão e católico. Voltaire é o porta-bandeira desses censores. No fim do poema, Tétis, a deusa fabulosa, no transunto do globo, mostra ao Gama:

*Meliapor, fermosa, grande e rica,*
*Os idolos antigos adorava,*
*Como inda agora faz a gente inica* (10.109),

e louva a S. Tomé, o «núncio de Cristo verdadeiro» (10.111):

> *Chegado aqui, pregando e junto dando*
> *A doentes saude, a mortos vida* (10.110).
>
> *Em nome de Jesu crucificado* (10.115).

A tão grande engenho e tão piedoso, para fazê-lo, não seriam pequenas as razões. Poder-se-ia, como Sismondi, supor apenas simbólicos os deuses pagãos, ou como Necker-Stael-Holstein, que até êste emprêgo da mitologia significava a piedade de não gracejar com o divino, em que realmente se crê: mas ha razões melhores. A primeira, e maior, seria a de seu tempo; a Dante, na pia Idade-Média, o recurso seria absurdo e condenável, a-pesar-de Vergílio por guia e mestre, pois que no Poeta latino acharam até intenções e profecias cristãs, os religiosos medievais; o assunto de Tasso afugentava qualquer idea pagã: apenas havia de recorrer ao mágico e ao demoníaco. Camões, sôbre ser homem do Renascimento (e esta é a razão do sincretismo para D. Carolina Micaëlis), ou retorno às fontes pagãs do Helenismo, emancipação da humanidade devota na humanidade do livre exame, e, portanto, complexiva de todos os conhecimentos e motivos de árte, tinha precisamente um tema cujo trato exigia as reminiscências pagãs. Para cantar os seus

Lusíadas era forçoso compará-los com o que o mundo podia ter visto de semelhante, e que êles excederam:

> *Cessem do sábio Grego, e do Troiano*
> *As navegações grandes que fizeram* (1.3);

é Ulisses, e é Eneias, que lhe acodem por comparação:

> *Cesse tudo o que a Musa antigua canta,*
> *Que outro valor mais alto se alevanta* (1.3);

é Homero, e é Vergílio, que lhe aparecem, a ser excedidos (1).

Ora, êsses modêlos exigiriam, forçosamente, o maravilhoso pagão. Se não fôra a intervenção contínua dos deuses e das deusas, a *Ilíada* seria ilegíveis ordens do dia, comunicados de combates heróicos, mas fastidiosos: a querela de Palas e de Afrodite é a alma mesma do poema, como o coração dêle é o ciume de Aquiles, que se recusa a bater os Troianos, porque Agamenão, o chefe dos Gregos,

---

(1) Num dos seus primeiros versos, uma elegia religiosa, o Poeta, ainda estudante em Coimbra, manifesta esse desejo:

> *Tomara ser Vergilio ou Homero.*

Foi exalçada sua prece, porque a Posteridade viria a dizer, pela pena de Montesquieu: « *Camoëns, dont le poëme fait sentir quelque chose des charmes de l'« Odyssée » et la magnificence de l'« Eneide »* (*Esprit des lois,* l. XXI, cap. XXI). E Montesquieu foi poupado...

lhe tomou Briseida... Dois povos, dois continentes porfiam em guerra de morte pela supremacia dos estreitos, entre Grécia e Tróia, Europa e Ásia, bem entendido, mas é o rapto de Helena a causa simbólica da guerra, e é a privação de outra mulher amada, que pelo amuo de um herói a faz prolongar, por tanto tempo... Na *Odisséa*, o vagabundo Ulisses tem de vencer os perigos incontáveis do mar, mas são deusas, ninfas, os maiores dêles, Calipso, Circe, Naussicaa... às quais se prende ou custa evitar, antes da vitória que o espera, essa Penélope, fim dos trabalhos que empreendeu, contra os deuses, favorecido por uma deusa, a fiel Palas-Atenéa.

Vergílio não é diferente: os deuses colaboram com o herói, quási diminuem-no, tanto êsse paganismo submetia o homem à divindade, na menor das suas acções. O antagonismo helénico, próprio de Romanos, que aos Gregos admiravam no espírito, mas desdenhavam como carácter, gente rude a quem o poder, pela fôrça, era maior que a cultura da mente, pela paz e pelas artes, fez que a Palas grega fôsse menos prezada, e a desforra aparecesse a Roma sob a forma de um herói troiano, e sob a protecção de outra Deusa, a mais divina delas, a alma Vénus... Nós de hoje, a desdenhamos, embora hipòcritamente submissos a ela; vingamo-nos, publi-

camente, das victórias ocultas que tem sôbre nós... mas, para ser justos, devemos recordar o espírito antigo... «Veneração», «venerável», vem de Vénus, e é tudo o que há de mais respeitável... O comêço do poema de Lucrécio é a mais bela das invocações:

> *Aeneadum genitrix, hominum divumque voluptas,*
> *Alma Venus...* (1).

«Mãe dos Romanos, encanto dos homens e dos deuses, ó Vénus, deusa bemfazeja, que do alto do céu estrelado derramas a fecundidade sôbre os mares, que sulcam os navios, e sôbre as terras, que as colheitas enriquecem: por tua causa, tôdas as espécies animais ganham vida e abrem os olhos à luz. Apareces, e os ventos fógem, as nuvens se dissipam, a terra desdobra a variedade de seus tapêtes de flores; o oceano, o oceano sorri e o céu sereno espalha ao longe o mais vivo explendor, e no mundo... é a primavera!»

Como dos Romanos, Vénus será amiga dos Portugueses:

> *Afeiçoada á gente lusitana,*
> *Por quantas qualidades via nela*
> *Da antiga tam amada sua romana;*
> *E na lingua, na qual quando imagina,*
> *Com pouca corrução crê que é a latina* (1.33);

---

(1) Lucrécio, *De Rerum Natura,* lib. 1, 1, 2.

e é esta a razão, razão nobilíssima, dos seus modêlos Homero e Vergílio, os mais altos, e dêsses Romanos, donos do mundo e os mais fortes que o mundo viu, que impõem a mitologia a êsse humanista do Renascimento, e a preferência pela deidade mais sublime do Olimpo e da Terra.

O curioso é que, contrariamente aos censores, como Voltaire, dêsse liberal século XVIII, o próprio legado da Santa Inquisição no obscuro século XVI, permite a impressão do livro, sem deixar de alegar a sua mitologia; diz Frey Bertolameu Ferreira «que o Autor pera encarecer a dificuldade da navegação e entrada dos Portugueses na Índia, usa de uma ficção dos Deuses Gentios». «Todavia como isto é Poesia e fingimento e o Autor como poeta não pretenda mais que ornar o estilo poetico, não tivemos por inconveniente, ir esta fabula dos Deuses na obra, conhecendo-a por tal...» O curioso, insisto, é que a Inquisição, pela Fé, seja liberal e o anátema venha da estética, por Voltaire...

Entretanto é o mesmo Poeta quem se não esquece de, aos incautos ou piedosos, avisar que êsse é apenas recurso de arte:

*... fazendo votos*
*Em vão aos deuses vãos, surdos e imotos* (10.15).

Para refocilar a «lassa humanidade» de seus

marujos, faz Vénus surgir das ondas uma «ínsula divina», onde o Gama e os seus encontram Tétis e as ninfas amorosas que, com afagos e manjares, os deleitam. Mas não se iludam; depois de quási todo êsse maravilhoso Canto IX, da Ilha dos Amores, o Poeta considera:

*Que as ninfas do Oceano tam fermosas,*
*Tétis e a ilha angelica pintada,*
*Outra cousa não é que as deleitosas*
*Honras, que a vida fazem sublimada;*
*Aquelas preminências gloriosas,*
*Os triunfos, a fronte coroada*
*De palma e louro, a gloria e maravilha,*
*Estes são os deleites desta ilha* (9.89).

Não se iludam os de hoje, que leem pela letra, e nela só acham o sentido literal:

*Que as imortalidades que fingia*
*A antiguidade, que os ilustres ama,*
*Lá no estelante Olimpo a quem subia*
*Sobre as asas inclitas da fama,*
*Pelo trabalho imenso que se chama*
*« Caminho da virtude », alto e fragoso,*
*Mas no fim doce, alegre, deleitoso,* (9.90):

*Não eram senão premios que reparte*
*Por feitos imortaes e soberanos*
*O mundo cos varões que esforço e arte*
*Divinos os fizeram, sendo humanos:*

*Que Jupiter, Mercurio, Febo e Marte,*
*Enéas e Quirino e os dous Tebanos,*
*Ceres, Palas e Juno com Diana,*
*Todos foram de fraca carne humana* (9.91).

Aqui o Poeta esquece a própria epopea e se alça a uma concepção digna do seu génio, que tinha o descortino dos horizontes, sem tempo, nem espaço, o das eternas ideas geraes. É a teoria do herói-deus, da divindade que se conquista — na memória e na admiração dos outros homens — com o coração, a razão, a acção, — doutrina que tem um grego, Evêmero, num extrêmo, — de permeio a Igreja Romana com o Hagiológio, — no outro confim um francês, Renan, e, além, entre os leigos anglo-saxónios, Carlyle com os seus *On Heroes*, e Emerson naqueles *Representative Men*, semi-deuses, ou súper-homens, mas que nenhum, mais nobremente e mais concisamente, no milagre de uns versos, que dizem tudo, disse melhor que o nosso Poeta:

*Mas a Fama, trombeta de obras taes,*
*Lhes deu no mundo nomes tam extranhos*
*De deuses, semi-deuses imortaes,*
*Indigetes, heroicos e magnos!*
*Por isso, ó vós, que as famas estimaes,*
*Se quiserdes no mundo ser tamanhos,*
*Despertai já do sono do ócio ignavo,*
*Que o animo de livre faz escravo* (9.92).

*E ponde na cobiça um freio duro*
*E na ambição tambem, que indignamente*
*Tomais mil vezes, e no torpe e escuro*
*Vicio da tirania infame e urgente,*
*Porque essas honras vãs, esse ouro puro,*
*Verdadeiro valor não dão á gente;*
*Melhor é merecê-los sem os ter,*
*Que possui-los sem os merecer* (9.93).

Assim é que o homem se faz deus, semi-deus, herói... pró-homem feito com a admiração que desperta aos que serve e bem-faz: todos vós, Lusíadas, podeis sê-lo; depende apenas de vós, e sendo-o

*... fareis claro o rei que tanto amais,*
*Agora cos conselhos bem cuidados,*
*Agora co'as espadas, que imortais*
*Vos farão, como os vossos já passados.*
*Impossibilidades não façais,*
*Que quem quis sempre pôde: e numerados*
*Sereis entre os heróes esclarecidos*
*E nesta «Ilha de Venus» recebidos* (9.95).

Como se não fôra clara a alegoria, a própria Tétis o declara:

*... porque eu, Saturno e Jano,*
*Júpiter, Juno, fomos fabulosos,*
*Fingidos de mortal e cego engano;*
*Só pera fazer versos deleitosos*
*Servimos...* (10.82).

E porque fez com êles versos deleitosos, os leitores desatentos esquecem-lhe a lição, e ao Poeta atribuem o que está apenas na desatenção dos que o admiram; se é que por enfermidade humana nas mais formosas coisas não põem sempre a taxa que as há-de trazer à ordinária mediania...

### « O MUITO AMOR DA PATRIA »... E « O BEM COMUM »

Dos deuses aos reis, naqueles tempos, a distância era pequena, mas também a irreverência de Camões ainda maior que a sua liberdade de espírito. A independência do seu juizo é outro dos méritos do Poeta, pouco louvado, porque a de hoje se não lembra do que foi a servilidade de antanho.

A Dona Teresa, mãe do fundador da dinastia, faz cargo da guerra civil:

> *Onde a mãi, que tão pouco o parecia,*
> *A seu filho negava o amor e a terra* (3.31).

> *Contra Deus, contra o maternal amor,*
> *Mas nela o sensual era maior* (3.31).

> *Olhai que inda Teresa peca mais:*
> *Incontinencia má, cobiça feia* (3.32).

Pois bem, o filho tão pouco será perdoado da sua culpa, porque

*A mãi em ferros asperos atava ;*
*Mas de Deus foi vingada em tempo breve,*
*Tanta veneração aos pais se deve!* (3.33).

Não esquece adiante

*Sancho segundo, manso e descuidado,*
*Que tanto em seus descuidos se desmede,*
*Que de outrem quem mandava era mandado* (3.91).

Não que fôsse Nero ou Heliogábalo, tirano ou devasso, mas é que os reis só o devem ser se são os melhores, e tal reino, como Portugal,

*A rei não obedece nem consente,*
*Que não fôr mais que todos excelente* (3.93).

Essa doutrina do rei por virtude, e não por sangue, rei de direito humano, por ser o mais digno, e não rei de direito divino, por ser o da linhagem directa, é de admirar na Europa, em Portugal, no século XVI.

A Afonso IV não se esquece de exprobrar a morte de Inês:

*Que furor consentiu que a espada fina,*
*Que pôde sustentar o grande peso*
*Do furor Mauro, fosse alevantada*
*Contra ũa fraca dama delicada?* (3.123).

A D. Pedro I, se foi justo, não esconde que foi duro (3.138):

*Este castigador foi riguroso*
*De latrocinios, mortes e adulterios.*
*Fazer nos maus cruezas, fero e iroso,*
*Eram os seus mais certos refrigerios* (3.137).

Finalmente, D. Fernando:

*Do justo e duro Pedro nasce o brando*
*— Vêde da natureza o desconcerto —*
*Remisso e sem cuidado algum Fernando,*
*Que todo o reino pôs num grande aperto...* (3.138).

*...Que um fraco rei faz fraca a forte gente* (3.138).

Todavia, se é severo e justo com o rei, é benigno e compassivo com o homem:

*Mole se fez e fraco; e bem parece*
*Que um baixo amor os fortes enfraquece* (3.139).

*Mas quem póde livrar-se por ventura*
*Dos laços que amor arma brandamente*
*Entre as rosas e a neve humana pura,*
*O ouro, e alabastro transparente?* (3.142).

*Quem viu um olhar seguro, um gesto brando,*
*Ũa suave e angelica excelencia,*
*Que em si está sempre as almas transformando,*
*Que tivesse contra ela resistencia?* (3.143).

Êste não seria o espírito do tempo, ou próximo

dêle, se Faria e Sousa pôde consignar o juizo de críticos que diziam: «êste poema merece ser queimado... porque... procurando exaltar os Principes, Heróis e actos Portugueses, faz patentes os seus defeitos»...?

Murmurem áulicos e aduladores, o Poeta proclama:

*Depois de procelosa tempestade,*
*Nocturna sombra, sibilante vento,*
*Traz a manhã serena claridade,*
*Esperança de porto e salvamento;*
*Aparta o sol a negra escuridade,*
*Removendo o temor ao pensamento:*
*Assim no Reino forte aconteceu,*
*Despois que o Rei Fernando faleceu* (4.1).

Ao seu mesmo herói, não perdôa o Poeta os defeitos e diz-lhos, mostrando outros grandes capitães da História:

*Em fim não houve forte capitão,*
*Que não fosse tambem douto e sciente,*
*Da Lácia, Grega ou Barbara Nação,*
*Se não da Portuguesa tão sómente.*
*Sem vergonha o não digo, que a razão*
*De algum não ser por versos excelente,*
*É não se ver prezado o verso e rima,*
*Porque que quem não sabe a arte não na estima* (5.97).

*Mas o pior de tudo é que a ventura*
*Tão asperos os fez e tão austeros,*
*Tão rudos, e de engenho tão remisso,*
*Que a muitos lhe dá pouco ou nada disso* (5.98).

*Ás Musas agardeça o nosso Gama*
*O muito amor da patria, que as obriga*
*A dar aos seus na lira nome e fama*
*De toda a ilustre e bélica fadiga:*
*Que ele, nem quem na estirpe seu se chama,*
*Calíope não tem por tão amiga,*
*Nem às filhas do Tejo, que deixassem*
*As telas de ouro fino, e que o cantassem* (5.99).

Se o Gama e os seus eram insensíveis à glória da posteridade, que só a arte consegue, se rudos de engenho remisso, que importa? Fica a Pátria, e basta:

*Porque o amor fraterno e puro gosto*
*De dar a todo o Lusitano feito*
*Seu louvor, é sómente o prosuposto*
*Das Tágides gentis, e seu respeito* (5.100).

*... ámor da patria, não movido*
*De premio vil, mas alto e quasi eterno* (1.10).

Esta independência será, pois, mais um mérito ajuntado aos do nosso Poeta, que até aos reis — tão enganados! — acha que a verdade póde ser dita inteira:

*Ó quanto deve o rei que bem governa*
*De olhar que os conselheiros, ou privados,*
*De consciencia, e de virtude interna,*
*E de sincero amor sejam dotados!* (8.54).

Como êle aconselha a D. Sebastião:

*Tomai conselho só de exprimentados,*
*Que viram largos anos, largos mêses;*
*Que posto que em scientes muito cabe,*
*Mais em particular o experto sabe* (10.152).

E a principal razão é essa:

*Por isso vós, ó Rei, que por divino*
*Conselho estais no régio sólio posto,*
*Olhai que sois — e vede as outras gentes —*
*Senhor só de vassalos excelentes* (10.146).

E mostra de que consta esta «portuguesa alta excelencia».

Poder-se-ia em Camões tirar um compéndio de civismo, de moral política, e de virtude pública e privada. Mestre de energia, para quem querer é poder e não crê no impossivel, a escola da victória é a acção, e mesmo o sofrimento:

*Por meio destes hórridos perigos,*
*Destes trabalhos graves e temores,*
*Alcançam os que são da fama amigos*
*As honras imortaes e gráos maiores;*
*Não encostados sempre nos antigos*
*Troncos nobres de seus antecessores,*
*Não nos leitos dourados, entre os finos*
*Animais de Moscovia zebelinos* (6.95).

*Mas com buscar co seu forçoso braço*
*As honras que ele chame proprias suas,*
*Vigiando e vestindo o forjado aço,*
*Sofrendo tempestades e ondas cruas,*
*Vencendo os torpes frios no regaço*
*Do Sul, e regiões de abrigo nuas,*
*Engulindo o corrupto mantimento,*
*Temperado com um árduo sofrimento* (6.97).

*E com forçar o rosto que se enfia*
*A parecer seguro, ledo, inteiro,*
*Pera o pilouro ardente que assovia*
*E leva a perna ou braço ao companheiro:*
*Dest'arte o peito um calo honroso cria,*
*Desprezador das honras, e dinheiro,*
*Das honras, e dinheiro, que a ventura*
*Forjou e não virtude justa e dura* (6.98).

*Dest'arte se esclarece o entendimento,*
*Que experiencias fazem repousado,*
*E fica vendo, como de alto assento,*
*O baxo trato humano embaraçado.*
*Este, onde tiver força o regimento,*
*Direito e não de afeitos ocupado,*
*Subirá como deve a ilustre mando,*
*Contra vontade sua e não rogando* (6.99).

É sobretudo a diligência, a aplicação, o esfôrço:

*A disciplina militar prestante*
*Não se aprende, senhor, na fantasia,*
*Sonhando, imaginando ou estudando,*
*Senão vendo, tratando e pelejando* (10.153).

Se a geração que passa não entende assim, se o tempo é infenso à glória e às artes — depois d'*Os Lusíadas* não é a Diogo Bernardes que se incumbe oficialmente de cantar as futuras façanhas de D. Sebastião em África?... — não condescende o Poeta, com a gente, nem com a Pátria, e, independente sempre, sabe-lho dizer:

*No-mais, Musa, no-mais, que a lira tenho*
*Destemperada e a voz enrouquecida,*
*E não do canto, mas de ver que venho*
*Cantar a gente surda e endurecida.*
*O favor com que mais se acende o engenho*
*Não no dá a patria, não, que está metida*
*No gosto da cobiça e na rudeza*
*Dũa austera, apagada e vil tristeza* (10.145).

Antes o silêncio, que a condescendência culposa, ainda para viver:

*Nem creais, Ninfas, não, que fama desse*
*A quem ao bem comum e do seu rei*
*Antepuser seu próprio interesse,*
*Imigo da divina e humana lei.*
*Nenhum ambicioso que quisesse*
*Subir a grandes cargos cantarei,*
*Só por poder com torpes exercicios*
*Usar mais largamente de seus vicios* (7.84).

*Nenhum que use de seu poder bastante*
*Pera servir a seu desejo feio,*
*E que, por comprazer ao vulgo errante,*
*Se muda em mais figuras que Proteio.*

*Nem, Camenas, tambem cuideis que cante*
*Quem com habito honesto e grave veio,*
*Por contentar o rei no oficio novo,*
*A despir e roubar o pobre povo* (7.85).

*Nem quem acha que é justo e que é direito*
*Guardar-se a lei do Rei severamente,*
*E não acha que é justo e bom respeito*
*Que se pague o suor da servil gente;*
*Nem quem sempre, com pouco experto peito,*
*Razões aprende, e cuida que é prudente,*
*Pera taxar com mão rapace e escassa*
*Os trabalhos alheos que não passa* (7.86).

Êsse Poeta, que no seu tempo servil censura aos nobres poderosos e aos reis onipotentes, diz verdades, vêde bem—e que avanço no tempo terá um tal herói?!—é actual, e futuro ainda, se é oportuno agora, socialista, comunista, republicano, e anti-militarista...

Quereis vêr? Êle quer

*Que se pague o suor da servil gente* (7.86).

Reclama contra os que vem:

*A despir e roubar o pobre povo* (7.85).

Clama que

*Leis em favor do rei se estabelecem,*
*As em favor do povo só perecem* (9.28).

Pela ambição de mando, pela vaidade de glória,

arrastam êsses ambiciosos e violentos o povo à guerra e à ruina e à morte:

*Ó gloria de mandar! ó vã cobiça*
*Desta vaidade, a quem chamamos fama!*
*Ó fraudulento gosto, que se atiça*
*C'ũa aura popular, que honra se chama!*
*Que castigo tamanho e que justiça*
*Fazes no peito vão que muito te ama!*
*Que mortes, que perigos, que tormentas,*
*Que crueldades neles exprimentas!* (4.95).

*Dura inquietação dalma e da vida,*
*Fonte de desemparos e adulterios,*
*Sagaz consumidora conhecida*
*De fazendas, de reinos e de imperios!*
*Chamam-te ilustre, chamam-te subida,*
*Sendo dina de infames vituperios;*
*Chamam-te fama e gloria soberana,*
*Nomes com que se o povo nescio engana.* (4.96).

Portanto, meus senhores, louvemos a êsse mestre de energia e de esfôrço, que é ao mesmo tempo de moral política e de justiça social, que admoesta os poderosos e não esquece os pequenos, que desanima um instante por causa da vil tristeza da Pátria, dada à cobiça e à rudeza, mas para recomeçar, incansável, não importa, fazendo justiça e continuando a sua missão de fé e de esperança:

*Aqueles sós direi que aventuraram*
*Por seu Deus, por seu rei, a amada vida,*

*Onde, perdendo-a, em fama a dilataram,*
*Tão bem de suas obras merecida.*
*Apolo e as Musas que me acompanharam,*
*Me dobrarão a fúria concedida,*
*Em quanto eu tomo alento descançado,*
*Por tornar ao trabalho mais folgado* (7.87).

¡E assim foi, até o fim dessa epopéa, que é a fé de ofício, o brazão, a carta de crença, o programa de vida, dêsses Lusíadas, de quem um tal vate, profeta, génio e herói, constitui o maior orgulho!

## A MODERNA EPOPÉA, A EPOPÉA NACIONAL

*Os Lusíadas* ofuscaram talvez injustamente « O Parnaso », como êle queria se chamassem as suas « Rimas », nome indevido, pelo qual seus versos líricos são conhecidos: se o épico é mágnifico, o lírico é excelente e êsses epítetos enfiam, na aplicação, a tão grande Poeta. Nenhum lírico, em qualquer literatura, ainda o Dante, da *Vita Nuova,* ou o Petrarca, das *Rime*, excede os sonetos camonianos (1). São êles tanto o verso do amor, que uma

(1) A razão, para génios tamanhos serem excedidos, é que Beatriz ou Laura foram antes idealizações de amor... «o feminino» evocado, além da morte, pela saüdade, ou entrevisto, e inacessível, ao desejo. Camões, não, amou muito, e amou todos os amores, e sinceramente

grande poetisa inglesa, Elisabeth Browning, de os têr lido supôs que seriam assim amorosos os «sonesto portugueses» e aos seus, também de amor, dissimulou, pudicamente, como traduções, «*Sonnets from the Portuguese*»; como no século XVII, quando os namorados queriam uma carta de amor, pediam, em França, *une portugaise*, uma carta como as de Mariana Alcoforado, «a freira portuguesa».

Se êles são perfeitos, êsses sonetos, redondilhas e éclogas, não esquecer que essas pequenas obras primas tiveram o acabamento que cada uma requeria; não assim um vasto poema, em 10 cantos, 1.102 oitavas, 8.816 versos, que seria um retrato do mundo e uma história de Portugal, enciclopédia literária, emfim, por um humanista do Renascimento.

Só lembrando essa qualidade de sua cultura, é Camões explicável. Jayne, um estrangeiro, considera que «Coimbra realizou o ideal do Humanismo,

---

os reviveu o seu estro, dando voz ao coração: daí a justiça que fez outro grande poeta do amor, Byron, dizendo das «Rimas»:

> *He was in sooth a genuine bard:*
> *His was no vain, fictitious flame.*
> *Like his, may love be thy reward,*
> *But not thy hapless fate the same (Hours of idleness,* 1807).

¡Puro poeta, cujo amor não foi ficção vã, podesse achá-lo, a êsse amor!

julgando-o pelo saber que aí adquiriu o Poeta, em literatura clássica, mitologia, história, geografia, astronomia e literaturas de Portugal, Espanha e Itália... familiaridade pelo menos com dezanove autores gregos e latinos, muitos dos quais deveram ser lidos no original, porque não haviam sido traduzidos » (1).

Outro estrangeiro, Storck, pasma, nesta confissão: « a quantidade e variedade de saber scientífico, manifestado nas obras de Camões, causa admiração, principàlmente se considerarmos a raridade de bibliotecas volumosas, e o alto valor dos códices impressos e manuscritos que naquelas eras dificultava aos estudiosos as aquisições e até mesmo o uso dos livros. Mas admiração muito mais intensa desperta a fidelidade e segurança da memória do Poeta. Quer

---

(1) K. G. Jayne, *Vasco da Gama*, Londres, 1910, pág. 253. W. Storck diz: Os seus conhecimentos filosóficos derivam quanto a pormenores, na aparência, da leitura de Diogenes de Laerte, Plutarco, Cícero, Valério Máximo, Aulo Gélio, Plínio Sénior e das Antologias. Mas os autores clássicos que enumerei não são os únicos gregos e romanos que Camões manuseava freqüentemente. As suas poesias dão testemunho claro de como conhecia ditos e feitos de uma longa série de escritores ilustres: Homero, Aeliano, Xenofonte, Vergílio, Luciano, Ovídio, Horácio, Plauto, Lívio, Eutrópio, Justino, Ptolomeu e outros... ficando indecisa a questão se lia as obras gregas no original... (Storck-Micaëlis, págs. 224-225).

esteja em Coimbra, quer em Lisboa, em Ceuta, Goa, Malaca, Banda, Macau ou Moçambique, quer ande na terra ou vogue no alto mar, em tôda a parte dispõe de seus multíplices e vastíssimos conhecimentos em história universal, geografia, astronomia, mitologia clássica, literaturas antigas e modernas, poesias culta e popular, tanto da Itália como das Espanhas, aproveitando-as com a mais perfeita exactidão, como filho legítimo do período do Renascimento e humanista dos mais doutos e distintos do seu tempo» (1).

O assombro dessa cultura e dessa memória nunca será assaz louvado, atendendo à diversidade dêsses apelos a factos históricos e geográficos, reminiscências mitológicas e literárias, se pensarmos que o poema foi escrito no exílio, sem livros de consulta. O lírico não admira tanto, embora seja o maior de seu tempo, até do nosso, em nossa língua, se tirava tudo do coração e era um maravilhoso coração para sofrer o amor; mas que «*Os Lusíadas*» quasi inteiros estivessem na sua mente, como Palas-Atenéa armada e perfeita na cabeça de Zeus... é que é maravilha.

---

(1) Wilhelm Storck, *Vida e Obras de Luís de Camões*, trad. de Carolina Micaëlis de Vasconcelos, Lisbôa 1898, págs. 226-227.

Nesse vasto Poema, apenas um engano geográfico, talvez por influência de Barros, um anacronismo sôbre o estreito de Magalhães, descoberto após a viagem do Gama, um equívoco histórico sôbre o nome de um bispo, um heróe de Aljubarrota que não morre ai, mas em Valverde... ¿ o que é isto senão prova apenas dêsse humanismo que dispensava os livros, se os tinha todos na mente portentosa?

Se literàriamente há duas rimas erradas, dois adjectivos impróprios, alguns hendecasílabos com acentuação indevida, devemos preguntar: êsses erros não serão, os mais dêles, de composição, pois que nem as provas podia o Poeta rever, se o zêlo do Santo Ofício não deixava tocar mais no livro aprovado? Pasma até que a edição principe d'*Os Lusiadas*, atendendo a isso, seja tão perfeita: apontai-me um livro só de hoje, sem êrros de composição às vezes graves, e após numerosas provas, e emendas até à hora da impressão! (1).

---

(1) Entretanto, houve blasfemos. Um António Feliciano de Castilho (!) (*Conversação preambular do D. Jaime*, de Tomás Ribeiro, Porto 1881, 6.ª ed., p. CXII) chegou ao delírio: « nenhum bom poeta dos nossos dias, ainda que inferior a Camões, se resignaria, cuido eu, a assinar como sua uma única estância inteira de todos os dez cantos; se ha um que diga que ousava, que me aponte qual é essa estância fenix que ao fim de quasi tres seculos está ainda tão lustrosa e juvenil ». Do Padre José Agostinho de Macedo nada há a dizer senão

A língua dêsse poema é tão perfeita, tão simples, que é nossa lingua portuguesa de hoje... como Dante fixou na « Divina Comedia » o toscano, fazendo de um dos dialectos da Itália a língua italiana, Camões impôs a sua língua a Portugal e Brasil, e, pode-se dizer, falamos e escrevemos « camões », pois que o português remorou nestes quatro séculos, sem sensíveis mudanças. (1)

Não admira que, se isso sentimos ainda hoje, ha um século fôsse sensível aos camonianos, como disse Sousa Botelho, no prefácio de sua monumental edição dos *Lusiadas*: « não há uma locução, quasi mesmo um vocábulo que tenha envelhecido, ou seja escuro ».

Os seus latinismos são hoje correntes, moedas de uso adotadas e não neologismos refusados; arcaizaram-se tão pouco, que nos surprende até o atualismo camoniano, que será ainda por muito tempo a mantença do idioma português, na fidelidade ao seu maior clássico.

---

que, se existe um inferno literário, estará lá, pelos pecados capitais de inveja, soberba e ira... contra Camões.

(1) Faria e Sousa cita um rol de cento e vinte palavras peregrinas usadas pelo Poeta, tôdas quasi usualíssimas hoje: *árido, aquático, cauda, celeuma, consócio, desvastar, fulgente, férvido, gema, grandíloco, hemisfério, inerte, inerme, longínquo, lácteo, matutino, nítido, ovante, pudico, profligar, polido, região, recíproco, sibilante, sórdido, trémulo, tranquilo, vate, vítima... etc, etc.*

Outra surpresa é a originalidade literária das imagens de Camões, que, treslidas embora, jamais perdem a novidade:

*As estrelas os céus acompanhavam,*
*Qual campo revestido de boninas* (1.58).

Outra:

*Qual no corro sanguino, o ledo amante,*
*Vendo a fermosa dama desejada,*
*O touro busca e pondo-se diante,*
*Salta, corre, sibila, acena e brada,*
*Mas o animal atroce nesse instante,*
*Com a fronte cornigera inclinada,*
*Bramando, duro corre e os olhos cerra,*
*Derriba, fere e mata e poem por terra* (1.88);

... *Eis nos bateis o fogo se levanta* (1.89).

Aqui tendes uma imagem feminina:

*E mostrando no angelico sembrante,*
*Co riso ũa tristeza misturada,*
*Como dama que foi do incauto amante*
*Em brincos amorosos maltratada,*
*Que se aqueixa e se ri num mesmo instante*
*E se torna entre alegre magoada* (2.38).

Outra ainda:

*E co seu apertando o rosto amado,*
*Que os saluços, e lagrimas aumenta,*
*Como o minino da ama castigado,*
*Que quem no afaga o choro lhe acrescenta* (2.43).

Ou esta outra, da variedade de um juízo de homem responsável, que «tudo temia, tudo emfim cuidava»:

*Qual o reflexo lume do polido*
*Espelho de aço, ou de cristal fermoso,*
*Que, do raio solar sendo ferido,*
*Vai ferir noutra parte luminoso;*
*E, sendo da ouciosa mão movido,*
*Pela casa, do moço curioso,*
*Anda pelas paredes e telhado,*
*Tremulo, aqui e ali, dessossegado* (8.87);

... *Tal o vago juizo fluctuava*
*Do Gama preso...* (8.88).

Evocai o episódio de Inês de Castro... é uma tragédia de amor e de piedade em algumas oitavas, diante das quaes enfiam todas as que em muitos versos ou prosa se tentaram, ainda que os autores sejam Ferreira (1), Quita ou Gomes: tal aquela Francesca da Rimini que nos tercetos do Dante zomba do esforço vão de Silvio Pelico, de Cesareo, de d'Annunzio, que a quiseram também reviver...

---

(1) O Dr. J. M. Rodrigues (*Fontes dos Lusíadas*, pág. 165) admite que a tragédia de António Ferreira, a *Castro*, tenha sido fonte de Camões, neste passo. Domingos dos Reis Quita e João Baptista Gomes, entre outros, cometeram a «Castro» e a «nova Castro», respectivamente: não sou indiscreto confessando a preferência, além das oitávas camonianas, pelas endeixas de Garcia de Resende *Trovas à morte de D. Inês de Castro...*

Evocae Adamastor... nenhum assombroso gigante há nas cavalarias, no *Palmeirim*, de Francisco de Moraes, no *Clarimundo*, de Barros, no *Orlando*, de Ariosto, que nos dê tal impressão:

> *Arrepiam-se as carnes e o cabelo*
> *A mi e a todos só de ouvi-lo e vê-lo* (5.40).

Frederico Schlegel (1), insuspeito, precisamente disse, comparando o nosso Poeta ao italiano: «*Os Lusiadas* excedem muito Ariosto em colorido e riqueza de imaginação». Como dissera, situando-os na literatura universal, que êles «valiam por toda uma literatura» (2). A literatura portuguesa, sob o ponto de vista universal, eram Camões e *Os Lusíadas*. Considerai que não foi excessivo, porque, já antes, dissera alguém: «Principe entre os heroicos de Espanha»: vêde bem duas literaturas, e, como se não bastasse: «Cantor da civilização ocidental», agora, vate de uma era da História Universal. ¿Que mais? (3). Não precisa de mais, e é só justiça (4).

---

(1) II, 96... *apud* Storck, pág. 468).

(2) Schlegel, *Hist. de la lit. ancienne et moderne* — trad. franc. de Ducket, III, pág. 115.

(3) Cervantes, *Galatea*, liv. VI, chama aos *Lusíadas: Del Luso el singular tesoro*.

(4) Torquato Tasso, no célebre soneto a Camões, chega a dizer

Se a *Iliada* conta a guerra entre Europa e Ásia, pela posse dos estreitos, simbolizando em Helena e Tróia êsse mundo bárbaro que nos quis roubar a fina flor da cultura helénica, e que nos tornou com a supremacia da civilização grega sôbre o Oriente próximo; se a *Odissea* é o cosmopolitismo mediterrâneo, errando nos trabalhos de Ulisses, para ensinar os perigos das navegações de tráfico, de guerra e de pirataria de Fenícios, de Gregos, e adivinhando as de Cartagineses, Romanos, Venezianos e Genoveses; se a *Eneida* é a fé de ofício piedosa de uma origem latina, anti-helénica e pré-romana; se em Dante a teologia e o século se dão as mãos numa síntese humana dêsses dois mundos, temporal e espiritual, pelos quais vive repuxado o espírito da Humanidade; se Ariosto glorifica a gentileza medieval da Cavalaria, no domínio do eterno feminino,

---

que se o seu assunto, d'«*Os Lusídias*», é imenso, o poeta ainda o excedeu... Vasco da Gama ultrapassara a Ulisses e a Eneas:

> *Ed or quella del colto e buon Luigi*
> *Tant 'oltre stende il glorioso volo,*
> *Ch'i tuoi spalmati legni andar men lunge,*

que o douto Leite de Vasconcelos *Respigos Camonianos*, etc., pág. II, traduz:

> *Mas o ilustre e bom Luís o vôo etéreo*
> *Ergue tão alto, no esplendor de glória,*
> *Que menos longe foi o próprio Gama...*

e Tasso glorifica a fé medieval que conquista o túmulo de Cristo, repondo no seu eterno domínio Deus libertado... — isso tudo é já passado; Camões faz um poema guerreiro, marítimo, piedoso, das origens do povo, da aspiração ideal, da luta contra os Infieis, dos garbos cavalheirescos, sim tudo isto, porém mais, faz um poema moderno, faz-se cantor da civilização ocidental...

O alemão Storck se maravilha porque na epopea não é mais o herói um homem, rei ou semi-deus, mas o que os tempos de hoje justamente consagram, um povo, o herói colectivo: o «peito ilustre lusitano», *Os Lusíadas* (1). Foi preciso chegarmos aos dias de hoje, 1918, para os povos compreenderem que ainda nas guerras, não já pela Fé e pelo Império, mas ainda nas guerras pela Civilização, nem soberanos, nem generais, nem políticos, nem diplomatas, são os heróis que as pelejam e as vencem, mas o povo... ¿Que é o

---

(1) Aliás é de José Maria de Sousa Botelho esta observação: «Êle imaginou, pois, um Poema épico nacional, e quis celebrar a primeira virtude dos portugueses, a sua heroicidade sôbre a terra e sôbre o mar: por tanto na sua exposição diz:

> *Eu canto o peito ilustre Lusitano,*
> *A quem Neptuno, e Marte obedeceram*».

*Os Lusíadas*, nova edição, por Dom J. M. DE Sousa Botelho. Paris, 1817, pág. LXXVIII.

8

soldado desconhecido, senão símbolo dêsse herói colectivo que há quási quatro séculos Camões previra e cantara?

O brasileiro Miguel de Lemos, num livro fundamental (1), se admira de como êsse poema transpõe uma fase da evolução da Humanidade, inaugura a era industrial que vai precàriamente sucedendo à era militar... a empresa de Portugal, que leva os Lusíadas às Índias, descobre um caminho novo à intercomunicação humana, o que é a definição mesma da Civilização, e devassa o mundo, e se mais mundo houvera lá chegara, revela a Terra inteira a tôda a Humanidade.

Porém, ainda mais são « *Os Lusíadas* ». Cervantes dissera dêles: « o tesouro do Luso », a epopéa nacional. D. Carolina Micaëlis exclama: «a meu ver, o que segura ao poema de « *Os Lusíadas* » logar a parte na literatura universal é a sua qualidade de livro nacional» (2). Além do seu conteúdo mesmo, que é a maior razão; há duas outras subsidiárias.

---

(1) Miguel de Lemos, *Luís de Camões*, Paris, 1880. Além deste, mais dois ou tres camonistas não devem ser, entre os alheios, esquecidos: Joaquim Nabuco, *Camões e Os Lusíadas*, Rio, 1821; Afonso Costa, *O Genio de Camões*, Rio, 1821; Dr. Pedro A. Pinto, *Á margem dos Lusíadas*, Rio, 1923. Dr. Silvio de Almeida, *Estudos Camonianos*, São Paulo, 1924.

(2) D. Carolina Micaëlis, *Prefácio aos «Lusíadas»*, Strasburgo, 1908, pág. 20.

Uma é que êsse livro é uma síntese da língua e da história, do génio português em uma palavra. « Nos « *Lusíadas* », diz o mestre Dr. José Maria Rodrigues, não há só a colaboração dos poetas, dos cronistas, dos historiadores, dos eruditos, dos mestres da língua que precederam o Poeta ou foram seus contemporâneos. Tambem aí se acham intencionalmente arquivadas muitas particularidades de fonética, de construção gramatical, de ortografia, de métrica, que nêles ocorriam. Isto é: os *Lusíadas* são ao mesmo tempo um poema e um museu. São um monumento duplamente nacional, erigido pelo génio do Poeta para glorificar a Pátria, com materiais buscados principalmente em obras portuguesas » (1).

---

(1) Dr. J. M. Rodrigues, *Prefácio aos «Lusíadas»* (da Biblioteca Nacional), Lisboa, 1921, pág. XXXIII.

Outro sábio escritor, J. Leite de Vasconcelos, resume admirávelmente êsses diversos juízos: « Tamanho entusiasmo diante da heroicidade dos portugueses; a nítida compreensão da historia pátria em seu pleno desenvolvimento; a erudição scientífica e histórico-literária vinda prestemente quantas vezes é precisa; o tacto com que se dispôs a trama poética, adaptando-se sentimentos e aspirações de uma nacionalidade moderna ao plano da arte clássica, e fazendo-se intervir na acção a-par de entidades cristãs veneradas pelo povo que figura no poema, deuses mitológicos evocados das cinzas do passado pelos sabios da época do Renascimento; a perfeita congruência com o ambiente social em que Camões viveu e com as circunstâncias gerais da época; o tom de doce melancolia que por tôda a

Outra é a razão patriótica. Se Camões morreu com a Pátria em 1580, deixou-lhe *Os Lusíadas*, que haviam de ser o estímulo para o renascimento, sessenta anos depois. Sob o jugo espanhol as numerosas edições revelam como êles foram a fé e a esperança na redenção: em Inocêncio contei 10 edições entre 1580 e 1640 (1). Insiste Teófilo Braga: « Basta considerar que o espírito organizador da Revolução de 1640, João Pinto Ribeiro, comentara *Os Lusíadas* de sua mão e que todos os movimentos nacionais, como os de 1820, 1834 e 1910 foram conseqüência de uma unanimidade afectiva, inspirada pela compreensão de *Os Lusíadas* (2).

Ainda agora, como D. Henrique revelando a costa ocidental da África; como Bartolomeu Dias dobrando o Cabo das Tormentas; como Vasco da Gama achando o caminho das Índias; como Fernão de Magalhães dando a volta ao mundo; como Pedro Álvares vindo pelos mares ao Brasil, dois Lusíadas vieram pelos ares ao

---

parte se revela, mesmo nos mais heróicos momentos; a versificação fluente, a linguagem castiça: tudo torna os *Lusíadas* verdadeira epopea nacional, e obra prima entre as congéneres» (*O Doutor Storck e a Literatura Portuguesa*, Lisboa, 1910, p. 109).

(1) Aliás 11, em Teófilo Braga (*Camões*, Pôrto, 1911, págs. 709-757), a saber: de 1584, 1591, 1597, 1607, 1609, 1612, 1613, 1626, 1631, 1633 e 1639.

(2) Teófilo Braga, *Prefácio aos «Sonetos» de Camões*, Lisboa, 1913, pág. 24.

Brasil... e para tal « feito, nunca feito », ¿que é que um grande poeta português acha para enaltecer essa aventura camoniana? Afonso Lopes Viera proclama: essa proeza de Gago Coutinho e Sacadura Cabral é o undécimo canto de *Os Lusíadas*...

A literatura universal tem em Camões e n'*Os Lusíadas* um genial poeta, como Homero, Vergílio, Dante, Tasso ou Ariosto, que cantou o poema moderno, só êle, igual aos outros e mais novo que os outros, o poema que os resume a todos e a todos excede, num canto vasto e alto... Portugal, o Brasil — seu prolongamento no tempo e no espaço, — nós, os Lusíadas, nós temos no Poema a fé de ofício, de um povo, nossos pergaminhos, os brazões de nossa raça, nossa história, nossa fé, nossa esperança, e Camões é um desses génios-heróis, representativos de uma civilização, como que o seu grandioso símbolo na memória do Tempo.

Pois bem, senhores, de longe e na minha humildade, quis convosco circular a imagem do Poeta sobre o pedestal soberbo de sua obra... Vimo-lo, divino, sôbre uma obra enciclopédica, que é Natureza e Arte, Espaço e Tempo, História e Filosofia, Fé e Patriotismo, Aspiração e Esperança... Vemos que não bastamos, e não podemos bem ver, porque a nossa vista é curta, e muito, muitissimo há que ver e admirar. Ainda que o fizemos com os mesmos

seus versos... mas não basta, se não os podemos todos citar.

Não basta recitar Camões. Piedosamente imbuído dessa idea, cuidando representar aqui o espírito maravilhoso dos admiradores do Poeta, quis convosco, nesta hora soleníssima de consagração, em que se celebra o 4.º Centenário do maior dos Lusíadas, de Luís de Camões, quis trazer-lhe a homenagem de meu amor noutra idea... ¿Porque se não havia de criar, em universidade portuguesa, uma cadeira de «Estudos Camonianos», para exegese e ensino de Camões, que é tôda uma literatura, um passado, um futuro, um idioma, duas pátrias? ¿Porque essa sciência nova, a «Camonologia», não haveria de se comparar, aqui, em nosso idioma, à «Dantologia», que meio século apenas depois de Dante Alighieri se erigia em uma cadeira pública, em Florença, dada para inaugurar a Bocácio? ¿Porque aos camonólogos veneráveis de Portugal, ia dizer, mas, infelizmente, já não posso mais, a Teófilo Braga, ou ainda a D. Carolina Micaëlis, ou ao Dr. José Maria Rodrigues, se não dará uma cadeira pública de «Estudos Camonianos», em Lisboa, ou no Pôrto, ou em Coimbra?

Estamos atrasados de mais de três séculos, porque cincoenta anos apenas depois de sua morte, vai

inaugurar-se a cadeira de «Victor Hugo» na Universidade de Paris... Fundemos nós, Portugal e Brasil, a cadeira de «Camões»...

Essa idea de amor caíu em corações generosos, pois que o quisera eu, fôsse um dom de Lusíadas, à mãe-Pátria. Dirigi-me à Colónia Portuguesa no Rio de Janeiro, e iria às outras, se isso fôsse preciso. Mas nem aquilo o foi, porque à primeira porta em que bati, levado por mão amiga (1), não se me deixou ir adiante: o ex.$^{mo}$ sr. Zeferino d'Oliveira, tão lusíada como camoniano, tomou só a si realizar a emprêsa, a que o Govêrno Português, pela sua representação diplomática (2), deu o *placet* de seu consentimento. O «feito nunca feito» está realizado.

Sinto, meus senhores, neste instante, uma das maiores emoções de minha vida; a de um homem humilde, fraco, «baxo e rudo», como diria o Poeta, que, a poder apenas de seu muito amor, consegue, graças à generosidade portuguêsa, esta maravilha: ¡Camões, assunto de humanismo, de civismo, de patriotismo, ensinado numa Universidade lusitana, para glória e honra de nossa Língua, de nossa Raça,

---

(1) A do Ex.$^{mo}$ Sr. Com.$^{or}$ Alexandre Herculano Rodrigues.

(2) S. Ex.$^{a}$ o Sr. Dr. Joaquim Pedroso, Encarregado de Negócios de Portugal.

de nossa História e de nossas aspirações! Camões, resumo da Saüdade e da Esperança lusitanas, que viva, eternamente, estudado — ensinando, admirado — comovendo e entusiasmando, ¡Camões, o maior e o melhor de todos os Lusíadas, e de tôda a Lusitânia, símbolo imortal de sua terra e de nossa gente!

AFRÂNIO PEIXOTO.

## LIÇÃO INAUGURAL

DA

# CADEIRA DE ESTUDOS CAMONIANOS

IMPORTANCIA
E DIFICULDADES DESTES ESTUDOS

Ex.mo Sr. Ministro da Instrucção Pública,
Ex.mo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Ex.mo Sr. Embaixador do Brasil,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores.

FOI uma pequena herança vinda do Brasil que animou meu sempre saudoso pai a dar-me uma carreira literária. E à penhorante iniciativa de um ilustre médico e homem de letras brasileiro, o Sr. Dr. Afrânio Peixoto, e generoso patriotismo de um benemérito português, que nas terras de Santa Cruz exerce a sua inteligente e infatigável actividade, o Sr. Zeferino Rebêlo de Oliveira, é que se deve a existência da cadeira que hoje inauguramos. Cumpro, por isso, um imperioso dever e satisfaço ao mesmo tempo ao que me pede o coração, começando por saudar, na pessoa do seu muito digno embaixador, que nos quis honrar com a sua presença, a nobre nação brasileira, a que tantos laços nos prendem, e na do distinto escritor, Sr. doutor Sousa Costa, representante do Sr. Zeferino Rebêlo de Oliveira, a labo-

riosa colónia portuguesa do Brasil, que tão intenso amor dedica à mãe pátria e tantos e tão relevantes serviços lhe tem prestado.

A Suas Ex.as os Srs. Ministro da Instrução Pública, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Embaixador do Brasil, ao Sr. Reitor da Universidade, aos senhores professores que se acham presentes, a todos os hóspedes, em nome da Faculdade de Letras e pela parte que me toca, agradeço a sua comparência a êste acto.

Devo também dizer que, por minha vontade, positiva e terminantemente manifestada, seria êste lugar ocupado pela ilustre professora, a Sr.a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a cujo vasto e profundo saber e sempre pronta obsequiosidade em o comunicar a quem a consulta, quero nesta solenidade render o preito da minha ilimitada admiração, certo de que todos me hão-de acompanhar.

É ainda obrigação minha evocar neste dia os nomes de dois notáveis mestres dêste instituto, que muito se dedicaram aos estudos camonianos. Refiro-me, já o sabeis, ao Dr. Teófilo Braga e ao professor Epifânio Dias. Posso não concordar — e não concordo — com êles em muitas das suas opiniões, mas foram dois trabalhadores incansáveis, que nos legaram o alto exemplo de uma vida entregue ao estudo

e fizeram progredir os nossos conhecimentos no que respeita à vida e à interpretação das obras de Camões.

Pôsto isto, entrarei no assunto da lição inaugural da nova cadeira:

## IMPORTANCIA E DIFICULDADES DOS ESTUDOS CAMONIANOS

Dos poemas épicos que pertencem, por assim dizer, ao património literário do mundo culto, nenhum há que esteja tão estreitamente ligado com a respectiva nacionalidade, como são os *Lusíadas*. Podem outros ter exercido uma acção mais intensa nas várias manifestações da vida do povo que os viu nascer; alguns existem que, aproximando-se ou atingindo mais vezes o ideal estético, encerram maior número de belezas; também os há que têm sido estudados com mais zêlo, mais proficiência, mais carinho; que contam entre os estranhos mais numerosos e mais entusiásticos admiradores; que têm mais largamente influído nas outras literaturas. Nenhum dêles é, porém, uma epopeia nacional no mesmo grau dos *Lusíadas;* nenhum dêles, sob êste aspecto, se pode comparar com o poema que tem

por assunto a história de um pequeno povo, o qual, numa luta porfiada contra os mouros e contra vizinhos mais poderosos que êle, se constituíu em nação independente, e depois, não ao acaso, mas em obediência a um plano devidamente preparado e pôsto em execução com rara tenacidade,

> *Novos mundos ao mundo* foi *mostrando* (*Lus.*, II, 45);
>
> *E, se mais mundo houvera, lá chegara* (*Lus.*, VII, 14).

¡Matéria épica, como nenhuma das que antes de Camões haviam sido cantadas! ¡Matéria épica, por tantos títulos superior a quantas até então haviam inspirado os mais famosos poetas de tôdas as literaturas!

Não eram, como na *Iliada*, episódios do cêrco de Tróia, quando ia próximo do seu fim; não eram os errores de Ulisses, ao voltar para Ítaca, onde lhe foi necessário travar uma luta de extermínio com os pretendentes à mão de sua mulher; não era a expedição dos Argonautas à Cólquida, para se apoderarem do velo de ouro; não era a vinda de Eneas para a Itália, com a consecutiva guerra, a fim de obter a mão de Lavínia; não era a fantástica viagem do Dante, através do inferno, do purgatório e do paraíso; não eram as proezas e aventuras imagi-

nárias, celebradas por Ariosto. Tudo isto conhecia Camões; mas o assunto que êle escolheu para núcleo da sua epopeia tudo isto superava, pela realidade histórica da acção, pela sua importância na marcha evolutiva da humanidade, pelo esfôrço, pela coragem heróica, manifestada na luta contra a natureza e contra os homens, luta que durou longos anos, e em que tomaram parte milhares e milhares de portugueses. Foi a história da sua gente, história que deu brado no mundo e se entrelaçou com a história dêste, que o poeta dos *Lusíadas* se propôs eternizar.

¡Com que legítimo orgulho não estabelece êle o confronto entre os feitos que vai cantar e os que haviam sido celebrados pelos poetas e pelos historiadores dos tempos passados!

*Cessem do sábio grego e do troiano*
*As navegações grandes que fizeram;*
*Cale-se de Alexandro e de Trajano*
*A fama das vitórias que tiveram;*
*Que eu canto o peito ilustre lusitano,*
*A quem Neptuno e Marte obedeceram.*
*Cesse tudo o que a musa antiga canta,*
*Que outro valor mais alto se alevanta.* (*L.*, I, 3).

Com que ardente entusiasmo não exalta as proezas dos portugueses, ao dirigir-se a D. Sebastião!

*Ouvi, que não vereis com vãs façanhas,*
*Fantásticas, fingidas, mentirosas,*
*Louvar os vossos, como nas estranhas*
*Musas, de engrandecer-se desejosas.*
*As verdadeiras vossas são tamanhas,*
*Que excedem as sonhadas, fabulosas;*
*Que excedem Rodamonte e o vão Rogeiro*
*E Orlando, inda que fora verdadeiro* (I, 11).

É certo que estas façanhas já tinham sido e continuariam a ser arquivadas por escritores nossos. E com as obras dêstes nos podemos apresentar perante o tribunal da história, para fazermos valer os nossos direitos à benemerência do progresso da humanidade.

É certo que não seria necessária a leitura dos *Lusíadas*, para que um historiador estrangeiro dos nossos dias podesse, com tôda a verdade, escrever: «No espaço de um século, pouco mais ou menos, Portugal soube adquirir um império marítimo, cuja extensão e riqueza ultrapassavam tudo o que até então se tinha podido imaginar; costeou a África; realizou conquistas na Índia...; chegou às Molucas, à China, ao Japão, à Austrália; preparou emfim a entrada na posse total do globo, pois os descobrimentos dos portugueses trouxeram consigo os dos espanhóis. A obra era mais importante do que então se podia supor. Rasgou-se repentinamente o véu que

ocultava metade do mundo. ¡Que conseqüências não deviam daqui resultar para o pensamento humano! A sciência tradicional, a sciência dos livros, perdia a sua autoridade, com grande vantagem para a sciência dos factos. Um simples marinheiro sabia muito mais sôbre as regiões longínquas do que Aristóteles ou Ptolomeu. Nunca se exagerará a parte que os descobrimentos espanhóis e portugueses tiveram no grande movimento de emancipação da renascença» (1).

É certo, repito, que, para se escrever isto, não era necessária a existência dos *Lusíadas*. Não nos faltam documentos comprovativos dos serviços que prestámos à civilização; mas êsses documentos, de proveniência muito variada, nem sempre são fáceis de obter e de compulsar; de valor literário, por vezes, nulo ou insignificante, são pouco próprios para darem em tôda a parte testemunho das nossas glórias.

Que fez pois Camões? Movido

*De amor dos pátrios feitos valerosos* (I, 9);

sentindo em si «um novo engenho ardente» (I, 4), capaz de levantar «canto igual a esses feitos» (I, 5),

(1) Cf. Lavisse et Rambaud, *Histoire Générale*, t. IV, p. 872-3.

entregou-se a um labor análogo ao das abelhas, buscando afanosamente por tôda a parte o que lhe podia servir para levar a bom termo o patriótico plano de ressuscitar, como êle próprio diz,

> *As honras sepultadas,*
> *As palmas já passadas,*
> *Dos belicosos nossos Lusitanos,*
> *Para tesouro dos futuros anos* (*Ode* VII).

Vivendo, desde a mocidade, uma vida agitadíssima, em que não faltaram prisões nem exílios; podendo dizer de si, com inteira verdade:

> *Vi magoas, vi miserias, vi desterros* (*Son.* 68);

tendo, numa palavra, deixado a vida

> *Por o mundo em pedaços repartida* (*Canç.* IX),

como êle próprio declara, em hora de profundo desalento, o infatigável Poeta ainda conseguiu dispor do lazer necessário para extrair das obras dos nossos cronistas e dos nossos historiadores o que nelas havia que servisse para glorificar o nome português; ainda teve tempo para, coordenando êsses materiais segundo as regras deduzidas da leitura das grandes epopeias, entremeando-os com amplos conhecimentos, pertencentes aos mais variados domínios, animando tudo com a flama sagrada do génio, ainda teve tempo,

repito, para legar à pátria, que tanto amava, um poema, que, além de ser a obra prima da nossa literatura e de emparelhar com as mais famosas epopeias de todos os povos, ficou também constituindo o diploma justificativo da nossa nobreza como nação, o inestimável pergaminho, maravilhosamente iluminado, que podemos com orgulho apresentar em tôda a parte, para mostrarmos o que fomos e o que fizemos; o precioso livro que, pelo seu valor literário e pelo assunto fundamental de que trata e se liga ìntimamente com a história geral da humanidade, se acha vulgarizado em todas as línguas cultas e se tornou assim acessível á universalidade do mundo civilizado.

Serviço inegualável, prestado à sua pátria por aquele que o insigne camonista alemão W. Storck chama, com tôda a justiça, «o génio mais genuìnamente nacional entre todos os portugueses» (*Vida e obras de Camões*, pág. 29 da trad. port.). ¡Dívida que contraímos e que nada pode pagar condignamente!

Há, porém, uma obrigação de que nada nos exime. É a de estudarmos êsse livro com todo o zêlo e com todo o carinho e de não deixarmos essa tarefa aos estrangeiros, vendo-nos assim constituídos na necessidade de lhes agradecermos o que a nós nos cumpria fazer. Devemos sentir-nos e sentimo-nos

lisongeados com o facto de êles se ocuparem da obra prima da nossa literatura, estudando-a, traduzindo-a, comentando-a, fazendo-lhe referências elogiosas; mas o nosso brio deve estimular-nos a procurarmos a solução de tôdas as dificuldades que ela possa oferecer e a evitarmos a situação deprimente de estar à espera que outros nos venham ensinar o que era dever nosso ter apurado.

Mas não é só pelo seu valor literário que se nos impõe o estudo dos *Lusíadas.* Êles são também para nós o livro sagrado da Pátria, o livro em cuja meditação se deve formar e avigorar a alma nacional. Inspirados no amor da terra que nos viu nascer também a nós, destinados a engrandecê-la cantando-lhe os feitos gloriosos, nada mais próprio do que êles para acender e afervorar em nós êsse amor, para dêle fazer o princípio determinante da nossa vida como cidadãos.

¡Ai de nós, se imitarmos os fidalgos arruïnados, que, em vez de buscarem nos seus pergaminhos incitamentos para bem proceder, honrando a memória de seus maiores, se esquecem, nem mesmo querem saber do que nêles se contém, preocupados apenas com a ânsia de empenharem ou venderem o que ainda lhes resta das jóias ou recordações de família, deixando ao abandono ou alienando ao desbarato

propriedades cujo valor nem sequer conhecem, pensando só em arranjar dinheiro para as dissipações quotidianas, para as orgias que matam e deshonram! Ai de nós, se quisermos proceder como aqueles tristes descendentes de casas nobres, que o Poeta estigmatiza nestas justiceiras palavras:

> *... viciosos sucessores,*
> *Que degeneram, certo, e se desviam*
> *Do lustre e do valor dos seus passados,*
> *Em gostos e vaidades atolados!* (VIII, 39).

Estudemos os *Lusíadas*, para nêles haurirmos o mesmo estímulo que impulsionou o Poeta a escrevê-los; debruçados sôbre as suas estâncias, compenetremo-nos bem do nosso glorioso passado e sentiremos pulsar em nós uma alma nova, um desejo ardente de vermos respeitado e engrandecido o nome português, de vermos novamente esboçar-se um Portugal maior.

Nem se diga que para isto carecemos de duas condições imprescindíveis: vergonha e juízo. Vergonha e juízo derivam espontânea e necessàriamente do amor da pátria, do firme propósito de trabalhar cada um na sua esfera e na proporção das suas fôrças para que o país seja bem governado, para que viva próspera e honradamente. Crepite no coração de todos nós a chama sagrada que ilumina as estâncias

dos *Lusíadas* e a incompetência, a inépcia e até a própria desvergonha fugirão corridas e irão esconder-se onde ninguém mais as veja..

Nem deixemos esvoaçar diante de nós, como ave agoirenta, o negro e sacrílego pensamento de que a nossa missão está cumprida e que nada mais nos resta do que baixarmos ao sepulcro da história, envolvidos na mortalha dos *Lusíadas*. Não! A vida das nações não é como a dos seres do mundo orgânico, que segue uma evolução determinada e tem sempre a morte como limite. As nações, grandes ou pequenas, salvo certos acidentes de origem externa, só morrem vítimas dos próprios erros, só sucumbem aos crimes de que têm a responsabilidade.

E mesmo as que perecem podem renascer, se nos sobreviventes da catástrofe se não extinguir ou reviver o amor da pátria desaparecida. Tal é a fôrça do princípio vital das nacionalidades, princípio sem o qual elas desaparecem, princípio que as pode chamar de novo à existência. Se perduram com vida próspera e honrada nações pequenas, a que não coube missão nenhuma especial na história da humanidade, ¿porque nos não há-de acontecer o mesmo a nós? Não atribuamos à fatalidade de uma lei histórica, que não existe, o que não seria senão

culpa nossa. Deus, diz o *Livro da Sabedoria,* fez curáveis as nações da orbe (I, 14). Mas para elas se curarem, é condição indispensável o patriotismo — o patriotismo de todos — governantes e governados. E êste ¿onde melhor o podemos acendrar do que nos *Lusíadas*?

Nem digamos que estes, ao mesmo tempo que são a Bíblia política portuguesa, são também a Bíblia cultural de tôda a Espanha. Não! Camões é, da primeira até à última estância do seu poema, o cantor da pátria portuguesa, o cantor dos Lusíadas, e não o dos Iberos, dos Hispanos. Os *Lusíadas* são única e exclusivamente a Bíblia política portuguesa. Lembremo-nos de que, concedida a segunda parte da afirmativa, não faltaria quem se esquecesse logo da primeira. Fujamos igualmente das perigosas fantasmagorias que, apresentando-nos Camões como cantor da unidade cultural da Hispânia, unidade que êle reputaria essencialmente dependente da dualidade política — Portugal e Castela —, chegam à conclusão de que, ao celebrar a vitória de Aljubarrota, o faz não só como português, mas mais do que isso, como cristão e espanhol, pois a vitória dos castelhanos viria destruir aquela unidade.

Tudo tem limites! Não prestemos o flanco a que se nos venha dizer que a condição de que o Poeta

faz depender a unidade cultural da Hispânia não passa de um bem frágil ilogismo, pois tal unidade só poderia tornar-se efectiva, só poderia produzir todos os seus resultados com o desaparecimento da dualidade política da Península. Deixemos as divagações sôbre a unidade cultural da Hispânia a quem com elas se quiser entreter, mas não tragamos o nome de Camões aonde êle não é chamado. Em vez disso, continuemos a considerar os *Lusíadas* (servir-me hei das palavras de W. Storck; obr. cit., p. 29) «como a mais sagrada e inalienável herança dos *nossos* antepassados», como «o baluarte mais poderoso e mais nobre da nacionalidade lusitana». Não admitamos como co-herdeiros senão aqueles em cujas veias gira também o sangue português; não franqueemos as portas do mais poderoso baluarte da nossa nacionalidade a quem não tem direito a entrar nêle.

Mas nos *Lusíadas* não se aprende só a amar a pátria e, como conseqüência disso, a empregar todos os esforços para a tornar credora da consideração dos outros países. Por êles ficamos sabendo também como se afunda, como perece uma nação. E para isso basta ler alguns dos passos que o Poeta lhes adicionou ao voltar do Oriente em 1570, dez anos antes da catástrofe de 1580.

Comecemos por estas duas estâncias do fim do c. VII:

*Nem creais, ninfas, não, que fama desse*
*A quem ao bem comum e do seu rei*
*Antepuser seu próprio interesse,*
*Imigo da divina e humana lei.*
*Nenhum ambicioso, que quisesse*
*Subir a grandes cargos, cantarei,*
*Só por poder com torpes exercícios*
*Usar mais largamente de seus vícios.*

*Nenhum que use de seu poder bastante*
*Pera servir a seu desejo feio,*
*E que, por comprazer ao vulgo errante,*
*Se muda em mais figuras que Proteio.*
*Nem, Camenas, também cuideis que cante*
*Quem, com hábito honesto e grave, veio,*
*Por contentar o rei, no ofício novo,*
*A despir e roubar o pobre povo.*

A despir e roubar o pobre povo! Assim termina o Poeta estas duas estâncias, escritas com a altiva isenção, com a enérgica independência, com a rudeza das palavras que o amor da pátria justifica.

noutro lugar:

*Ó quanto deve o Rei que bem governa*
*De olhar que os conselheiros ou privados*
*De consciência e de virtude interna*
*E de sincero amor sejam dotados!* (VIII, 54).

E no canto IX, 27, mencionando os erros grandes

que Cupido via no mundo, isto é, em Portugal, e que era preciso emendar:

*E vê do mundo todo os principais*
*Que nenhum no bem púbrico imagina;*
*Vê nêles que não têm amor a mais*
*Que a si sòmente, e a quem filáucia ensina;*
*Vê que êsses que freqüentam os reais*
*Paços, por verdadeira e sã doutrina,*
*Vendem adulação, que mal consente*
*Mondar-se o novo trigo florescente.*

E quási no fim do poema (x, 152), precavendo o Rei contra os incompetentes:

*Tomai conselho só de exprimentados,*
*Que viram largos anos, largos meses.*

E o látego do Poeta cai também sôbre a injustiça das leis, gravíssimo sintoma da decomposição de um país:

*Leis em favor do Rei se estabelecem,*
*As em favor do povo só perecem* (ix, 28).

É por isso que mais adiante (est. 94) se encontra esta exortação:

*... Dai na paz as leis iguais, constantes,*
*Que aos grandes não dêm o dos pequenos.*

E com que calor não tinha exclamado pouco antes (est. 93):

> *E ponde na cubiça um freio duro*
> *E na ambição também, que indignamente*
> *Tomais mil vezes, e no torpe e escuro*
> *Vício da tirania infame e urgente!*

Em resumo: cubiça, ambição e incompetência dos dirigentes; o roubo e a injustiça, sancionados pela lei; o mando procurado com o intuito de dar largas aos próprios vícios; o interêsse particular anteposto ao bem público; a tirania arvorada em direito — tais eram, segundo os *Lusíadas*, os males de que enfermava a sociedade portuguesa, na ocasião em que foram publicados. E tolerando tudo isto, sujeitando-se a isto tudo, o funesto «ócio ignavo», de que noutro passo fala o Poeta:

> *Por isso, ó vós, que as famas estimais,*
> *Se quiserdes no mundo ser tamanhos,*
> *Despertai já do sono do ócio ignavo,*
> *Que o ânimo de livre faz escravo* (IX, 92).

Meditemos e meditemos profundamente sôbre os vícios e crimes que tiveram a sua terrível sanção na perda da nossa independência; meditemos tambem sôbre o triste ócio ignavo, sem o qual êles não seriam possíveis.

Mas, para atenuar a amarga tristeza com que esta meditação nos ensombra a alma, lembremo-nos que ainda não estavam extintas as qualidades que tinham feito grande a nossa pátria, e que o Poeta pôde dizer a D. Sebastião:

> *Olhai que sois (e vede as outras gentes)*
> *Senhor só de vassalos excelentes.*
>
> *Olhai que ledos vão, por várias vias,*
> *Quais rompentes leões e bravos touros,*
> *Dando os corpos a fomes e vigias,*
> *A ferro, a fogo, a setas e pilouros:*
> *A quentes regiões, a plagas frias,*
> *A golpes de idolatras e de Mouros,*
> *A perigos incógnitos do mundo,*
> *A naufrágios, a peixes, ao profundo* (x, 146-7).

E isto que era verdade no tempo de Camões, é-o felizmente ainda hoje e na mente de todos está de certo a fácil adaptação que os entusiásticos versos dêste passo podem ter, por exemplo, aos nossos gloriosos aviadores, que ledos foram, pela via do ar, ao Brasil e a Macau,

> *Quais rompentes leões e bravos touros,*
> *Dando os corpos a fomes e vigias,*
> *A perigos incógnitos do Mundo,*
> *A naufrágios, a peixes, ao profundo.*

¡Como faz bem repetir estes versos e lembrarmo-

-nos que êles ainda hoje se podem aplicar com inteira verdade!

¡Singular contraste o que nos oferece a história pátria! A par do esfôrço hercúleo que representam a fundação da monarquia, a luta pela independência depois da morte de D. Fernando, os descobrimentos marítimos, a fundação do império oriental, a guerra da restauração, a expulsão dos franceses — a par de tudo isto, ¡quantas páginas tristes, que não recordarei! É que em nós, os portugueses, ao lado das nobres qualidades, que nos deram um nome imorredouro na história, tendem a aparecer com rara tenacidade, os defeitos, os vícios e os crimes que já uma vez nos fizeram perder a independência e outras nos tem criado graves embaraços. E essas boas e más qualidades, como é de supor, revelaram-se bem nos quatro séculos da nossa história que formam o conteúdo dos *Lusíadas*. Com estes na cabeça e no coração, reprovemos e procuremos extirpar as que nos podem levar à morte e exaltemos e esforcemo-nos em radicar as que já nos fizeram grandes e se consubstanciam numa: o amor da pátria.

Arvoremos bem alto os *Lusíadas* como lábaro sagrado, em volta do qual se congreguem todos os portugueses de boa vontade; façamos dêles a fonte perene, onde vamos buscar a energia que torna

felizes as nações, por pequenas que sejam; busquemos nêles o estímulo contra o desalento, quando virmos prevalecer erros e vícios que nos amesquinhem, nos vexem e possam perder; tornemo-los o ponto de apoio para, com tôda a energia da nossa alma, combatermos o bom combate pelo bom nome e pelo engrandecimento da nossa querida pátria.

Deriva do que fica dito o sagrado dever de fazermos da epopeia camoniana a base da nossa educação nacional; de iniciarmos, por tanto, o seu estudo na escola primária; de o desenvolvermos amplamente nos institutos secundários, de o aprofundarmos nas Faculdades de Letras, em cursos destinados não só aos alunos destas Faculdades, mas a todos, estudantes e não estudantes, que queiram completar os conhecimentos já adquiridos; de tornarmos, emfim, popular uma obra tão intimamente ligada com a nossa nacionalidade.

É certo que os *Lusíadas* abundam em dificuldades, provenientes de causas muito variadas. O seu conteúdo histórico-geográfico; a multiplicidade das fontes de que o Poeta se utilizou e que precisamos de conhecer, para bem o interpretarmos; as freqüentes referências à história geral, sobretudo à dos povos clássicos; o largo emprêgo da mitologia, enlaçada com a acção do poema; as noções cosmográficas,

indispensáveis para intender tantos lugares; o propósito de deixar arquivadas muitas particularidades de métrica, de fonética, de construção, para o reconhecimento das quais se exige ampla e atenta leitura de numerosos livros; a adopção intencional de opiniões divergentes sôbre o mesmo assunto; a contaminação não só de construções gramaticais, mas também de narrativas discordantes; o tempo decorrido desde o aparecimento do poema, que tornou antiqüadas certas palavras e modos de dizer; a desastrada intervenção de todos os que têm pretendido melhorar o texto do poema, intervenção que principiou no manuscrito, que ia ser entregue ao compositor — tudo isto criou aos *Lusíadas* a fama de serem um poema difícil; tudo isto tem desanimado muito leitor, e por mim próprio falo, que mais de uma vez senti bem fundo êsse desânimo.

Hoje estou firmemente convencido que essa fama há-de desaparecer.

Resolvido, como está, o problema da primeira edição e fixado, assim, o texto primitivo; conhecidas as fontes de que o Poeta se serviu, e poucas, me parece, estão por descobrir; sabidos os seus processos de composição literária; criada, emfim, esta cadeira, e constituído, como de-certo o vai ser, um núcleo de estudiosos dos *Lusíadas*, estou convencido

que dentro de poucos anos a nossa epopeia nacional será lida e conscientemente apreciada por muito maior número de pessoas do que hoje, as quais nela aprenderão a amar a pátria e a tornar efectivo êsse amor, empregando todos os esforços para a enaltecer e para arredar para longe todos os que, criminosa ou ineptamente, a queiram arrastar para o abismo.

É por isso que no primeiro número do programa que incumbe a esta cadeira se acham inscritas a publicação de uma edição crítica e largamente comentada dos *Lusíadas* e a de uma edição popular, acompanhada de notas sóbrias e claras, indispensáveis para a compreensão do texto.

Mas Camões não foi grande apenas como poeta épico. É também, indiscutível e indiscutidamente, o primeiro dos nossos líricos, e sob êste aspecto nos cumpre igualmente estudá-lo com todo o empenho e vulgarizar-lhe as admiráveis composições.

Infelizmente também aqui abundam as dificuldades. Durante muito tempo, a começar já na 1.ª edição das *Rimas*, se foram atribuindo a Camões, ora de boa, ora de má fé, poesias que sem dúvida lhe não pertenciam, ou que não havia motivos suficientes para lhe serem adjudicadas. Ainda bem que a reacção para se apurar o que com certeza é seu, ou pelo

menos o pode ser, foi iniciada pelo ilustre camonista alemão W. Storck e tem sido tenazmente prosseguida pela Sr.ª D. Carolina Michaëlis, com o profundo saber e elevado critério que lhe são peculiares.

Provém outra dificuldade do facto de não haver para as *Rimas* um texto emanado do Poeta, como existe para os *Lusíadas*. Daqui a multiplicidade de variantes, a hesitação tão freqüente na escolha delas e até, não raro, a impossibilidade de sabermos o que o Poeta realmente haveria escrito. Já o primeiro editor dizia que lhe não passaram por alto os erros que houvesse nas *Rimas*, mas assim os achou nos manuscritos onde elas andavam dispersas. E acrescenta: «por isso se não boliu em mais do que só naquilo que claramente constou ser vício de pena, e o mais vai assi como se achou escrito, e muito diferente do que houvera de ir, se Luís de Camões em sua vida o dera à impressão».

Por aqui se vê como será custoso preparar uma edição crítica das *Rimas*. Mas é indispensável que ela se faça. Devemos considerar nisso empenhado o nosso brio nacional.

E a isto acresce ainda o problema da interpretação das poesias amorosas, que constituem, como se sabe, a parte mais bela e mais extensa do que, afora os *Lusíadas*, nos legou Camões.

¿Pertenceu êle, como autor desta espécie de poesias, à chamada escola petrarquista, isto é, idealizou uma ou mais criaturas femininas, fazendo-lhes versos como se morresse de paixão por elas, cantando-as como se fôssem senhoras do seu coração, mas só com a mira em dar forma literária a impressões que não sentia, ou foi um amoroso por temperamento, um amoroso, digamos assim, à antiga portuguesa? ¿E, em qualquer dos casos, será possível averiguar quem foi que lhe inspirou tão formosos versos?

Que o Poeta, quando moço, fingiu amores que não tinha, confessa-o êle mesmo em vários lugares, de que basta citar êste:

*De vontades alheias, que eu roubava,*
*E que enganosamente recolhia*
*Em meu fingido peito, me mantinha.*
*O engano de maneira lhes fingia*
*Que, depois que a meu mando as subjugava,*
*Com amor as matava que eu não tinha* (*Canção* 2.ª).

E na bôca da prima, de Belisa, a desprevenida vítima desta falta de sinceridade e doutras leviandades, põe êle a melancólica confissão que se lê na égloga 3.ª:

*Se me enganei com quem do peito amava,*
*Não me prezava de ser enganada;*

*Fui salteada, emfim, de um pensamento,*
*Que um movimento tinha casto e são;*
*Conversação foi fonte deste engano,*
*Que por meu dano entrou com falsa côr.*
. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .
*Vivi contente, amando e encobrindo.*
*Ele, fingindo mentirosos danos,*
*Que são enganos, que não custam nada,*
. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .
*Com suas cabras sempre à parte vinha*
*Onde eu mantinha os olhos do desejo.*

Mas depois Amor vingou-se, e vingou-se com usura, do leviano Poeta, fazendo-o arder em várias flamas, numa das quais se queimou bem queimado. Ouçamo-lo, já nos últimos anos da sua tormentosa vida:

*No tempo que de amor viver soía,*
*Nem sempre andava ao remo aferrolhado;*
*Antes agora livre, agora atado,*
*Em varias flamas vàriamente ardia.*

*Que ardesse num só fogo não queria*
*O céu, porque tivesse exprimentado*
*Que nem mudar as causas ao cuidado*
*Mudança na ventura me faria.*

*E se algum pouco tempo andava isento,*
*Foi como quem do pêso descansou,*
*Por tornar a cansar com mais alento.*

*Louvado seja amor em meu tormento,*
*Pois para passatempo seu tomou*
*Êste meu tão cansado sofrimento* (Son. 70).

Mas o Poeta não ardeu só em várias flamas, ardeu também vàriamente, desde o alto lugar a que se refere, por exemplo, o soneto que começa:

*Num tão alto lugar, de tanto preço,*
*Êste meu pensamento posto vejo,*
*Que desfalece nêle inda o desejo,*
*Vendo quanto por mim o desmereço* (*Son.* 175);

desde o alto lugar, que, num lampejo de reflexão, o levava a preguntar a si próprio:

*Eu que espero de um ser que é mais que humano?* (*Son.* 125);

até às baixas prisões em que se viu enredado:

*Em prisões baixas fui um tempo atado,*
*Vergonhoso castigo de meus erros;*
*Inda agora arrojando levo os ferros,*
*Que a morte a meu pesar tem já quebrado* (*Son.* 68);

até às baixas prisões, de que o libertou uma trágica morte, roubando-lhe à sua vista, e sem que lhe pudesse valer, a *alegre e doce companheira*, a *alma gentil*, que êle então supunha havia de ser *a perpétua saudade da sua alma*, e que tão belos versos lhe inspirou, a começar pelo famoso soneto *Alma minha gentil*.

As poesias amorosas de Camões só poderão ser

devidamente apreciadas, só revelarão todo o seu valor artístico, quando soubermos, até onde isso seja possível, em que circunstâncias foram escritas e a quem se endereçavam; quando estiverem dispostas, não ao acaso e em obediência apenas ao critério da forma externa ou da cronologia da sua publicação pela imprensa, mas segundo os sucessivos estados de alma que elas traduzem.

Actualmente essas poesias são jóias desengastadas de um precioso aderêço, que não podem fulgir com todo o seu brilho, por não estarem colocadas no lugar que lhes compete. O ideal seria reconstruir com elas a vida amorosa do Poeta. E creio que isto não constitue uma emprêsa impossível.

Para concluir. Os grandes propulsores psíquicos de Camões foram o amor da pátria e o amor, sem outro qualificativo. Do primeiro nasceram os *Lusíadas;* do segundo adveio-lhe uma vida agitadíssima, em que sofreu máguas, misérias, desterros, mas lhe deu azo a nos revelar a sua alma em admiráveis poesias, que constituïriam o orgulho das mais ricas literaturas.

Com amor nos dediquemos também ao estudo das obras que herdámos do mais ilustre dos filhos de Portugal.

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

# ELOGIO
# DO DR. AFRÂNIO PEIXOTO

NA CERIMÓNIA DO SEU DOUTORAMENTO «HONORIS CAUSA»,
E SOLENE INAUGURAÇÃO
DA CADEIRA DE ESTUDOS CAMONIANOS, NA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA,
EM 4 DE NOVEMBRO DE 1924

IDEA da Cadeira de Estudos Camonianos, cuja lição inaugural acabamos de ouvir com proveito e devoção, nasceu no cérebro, e melhor direi no coração, dum brasileiro, o Dr. Afrânio Peixoto. Num rasgo benemérito, dos que nobilitam o dinheiro dum homem, prontificou-se a torná-la possível um português do Rio de Janeiro, o sr. Zeferino Rebêlo de Oliveira. Aceitou a missão de lhe dar corpo, e muito saber, o notável professor Dr. José Maria Rodrigues, português do Minho, e um dos eruditos que mais de perto têm convivido com o poeta-herói da raça. Três nomes que marcam outros tantos estádios do lusitanismo. ¡Se isto não é nobre e animador, não sei eu o que se deva chamar nobreza e apontar como estímulo!

Como professor de Literatura Brasileira, cabe-me a honra de esboçar, em rápidos traços, o perfil literário do Dr. Afrânio Peixoto, desde hoje, e merecidamente, graduado em doutor por esta Faculdade, de tão ilustres tradições. Confesso que o não faço

a sangue frio: primeiro, porque a atmosfera desta sala arquiplena palpita de entusiasmo, e em segundo lugar, porque me sinto vibrar da mesma emoção que a estas horas invade, certamente, o espírito do novo doutorado, para o qual nenhum galardão poderia afigurar-se maior do que o que a Faculdade de Letras de Lisboa houve por bem conferir-lhe.

Como escritor, como educador, como académico, o Dr. Afrânio Peixoto é um dos muitos brasileiros eminentes que não gostam, nem por moda, de desviar os olhos de Portugal, e, entendendo que um passado conhecido representa a melhor garantia dum futuro consciente, aprofundam e enaltecem a tradição lusitana do Brasil, votando ao culto da língua portuguesa um carinhoso desvêlo.

Na sessão que, o ano passado, a Academia Brasileira de Letras consagrou ao centenário do nascimento do primeiro grande poeta brasileiro, dizia o Dr. Afrânio Peixoto, então presidente da mesma Academia: «O Gonçalves Dias, das *Poesias Americanas,* prócere do romantismo nacional, escreveu-as em legítima linguagem portuguesa, com o que foi o primeiro clássico brasileiro. O nosso dever de homens de letras que no Brasil servimos a Língua Portuguesa — cultura que é a finalidade mesma desta Academia — está em prestigiar a êsse modêlo,

a Gonçalves Dias, assim como que o nosso padroeiro, de todos nós, homens de letras brasileiros».

Declaração tanto mais significativa quanto é certo ser o Dr. Afrânio Peixoto o paladino apaixonado de outro grande poeta brasileiro, Castro Alves, cujas obras editou e tem estudado com inteligente insistência.

Não preciso de acumular provas da ternura lusófila do Dr. Afrânio Peixoto. No seu livro de educação patriótica *Minha Terra e Minha Gente*, ele chega a exaltar ainda mais Portugal do que o próprio Brasil, para cujos destinos nunca deixa de arvorar uma pontinha de scepticismo apreensivo. Basta a publicação recente do seu *Dicionário dos Lusíadas* para quási o naturalizar português. Em Portugal, ainda não se tentara nada de semelhante. Feito de colaboração com o Dr. Pedro A. Pinto, o volume, sobretudo como tentativa de trabalho mais perfeito, demonstra que lá, mais do que cá, se sentiu a necessidade de ter à mão, para as circunstâncias mais diversas, tôdas as passagens do poema. É uma espécie de *vade-mecum* de lusiadicismo, o catálogo, inventário ou estatística da épica de Camões, cujos aspectos médicos o Dr. Afrânio Peixoto versou numa monografia da Sociedade de Estudos Camonianos, de que tem sido a alma.

Na pessoa do Dr. Afrânio Peixoto há dois homens ilustres: o homem de letras e o homem de sciência; o professor de medicina, psiquiatra e higienista afamado, e o escritor. Do médico, depois de já ter aludido ao seu estudo sobre *Camões e a Medicina,* não cuidamos hoje. Neste dia de festa luso-americana, é o escritor que está em foco.

Como escritor, o Dr. Afrânio Peixoto ocupa a cadeira n.º 30 da Academia Brasileira de Letras, cuja presidência abandonou há pouco. Essa cadeira tem o nome de Castro Alves, o bardo impetuoso da abolição, e pertenceu primeiro a Valentim Magalhães, poeta, contista e crítico insinuante, passando depois ao grande renovador da prosa brasileira, Euclides da Cunha. ¿Assassinado o autor dos *Sertões*, quem lhe sucede? O Dr. Afrânio Peixoto. O facto, só por si, convence do prestígio dos seus méritos.

Com essa investidura, cheia de responsabilidades, o Dr. Afrânio Peixoto viu reconhecidas as suas brilhantes qualidades de romancista, de investigador, de polígrafo distintíssimo.

O de romancista é um dos lados mais iluminados da sua marcante individualidade. O nome do Dr. Afrânio Peixoto avulta como o de um dos mais interessantes, e o mais festejado, entre os modernos

romancistas do Brasil. O seu primeiro romance, *A Esfinge*, publicado em 1911, e que lhe abriu, nesse mesmo ano, as portas da Academia, vai no seu duodécimo milheiro e está traduzido em espanhol. Foi um grande êxito, e é um belo livro: a história do amor dum artista por uma mulher frívola; o eterno, doloroso conflito da arte com a sensualidade.

O Dr. Afrânio Peixoto estreara-se literàriamente, no verdor dos anos, com um poema em prosa, *Rosa Mística,* de um simbolismo palavroso, que não logrou impor o nome de Júlio Afrânio, como êle então se assinava. *A Esfinge* foi a sua primeira obra de vulto, e como as personagens elegantes ou politicantes de Petrópolis e do Rio de Janeiro primaciassem nela, pareceu chegado, finalmente, o romancista que há muito apetece o mundanismo cosmopolita da capital brasileira.

Se a capital e o seu oásis de Petrópolis se retratavam na *Esfinge*, havia também nas suas páginas o pôrto do Amparo, a fazenda do Barro Branco, a feira da Estiva — aspectos rústicos, provincianos — e foi essa a trilha por onde o Dr. Afrânio Peixoto preferiu seguir nos romances que vieram após o primeiro.

Baïano, de Lençóis, na Chapada Diamantina, o

romancista passou a fazer regionalismo na *Maria Bonita*, na *Fruta do Mato*, na *Bugrinha*. Títulos bem brasileiros, de três romances sertanejos, em que a terra tem parte, e onde a questão étnica, ainda semi-flutuante no Brasil, intervem nos ódios e nos amores!

Na *Esfinge*, a figura dominante, aniqüiladora, era a de Lúcia. Nas três obras seguintes, são ainda as mulheres que prevalecem: Maria Bonita e a Bugrinha — «dois quadros de um díptico», segundo o autor — a solerte Joaninha, das Cajàzeiras; a leviana Gracinha, de Canavieiras; a caprichosa Salvina, do Chichio, — tôda uma enfiada original, curiosa, daninha, de figuras femininas, ardentes de uma das mais altas temperaturas atingíveis na terra: a do amor brasileiro.

Batido nos arcanos da fisiologia e dos desequilíbrios, o Dr. Afrânio Peixoto é um psicólogo profundo e subtil da mulher. A própria arte é para êle feminina. Eis um «axioma» da sua estética literária: «A arte é mulher, com ela não se pode ser fraco — só a dominação traz a posse». E, perfeitamente senhor dos seus recursos, raro deixando margem ao casual, o Dr. Afrânio Peixoto é, na sua arte viril, um forte; como é na sciência e na vida um triunfador, que as dificuldades seduzem para as ven-

cer com o seu bom-humor habitual de conversador fascinante.

Um pouco na esteira de certos romances de Alencar, muito, por vezes, na de Machado de Assis, e não ocultando admirar Eça de Queirós, o Dr. Afrânio Peixoto tem dado ao romance sertanejo três obras vigorosas, perduráveis, bem escritas e bem pensadas. A sua metódica ponderação de homem de sciência serve o literato. Nos seus livros, há equilíbrio, medida, voluntariedade. Não deve, como autor, confiar muito na inspiração. É um probo, infatigável, cativante prosador, que sabe de onde vem e para onde quere ir: condições que, principalmente no romance, são o melhor factor da execução dum plano, e lhe permitem refrescar, de onde a onde, os capítulos dos seus romances com saborosas notas de *folklore*, considerações sociais ou históricas, vocabulário típico, èpisódios tão felizes como o de Salvina na *Fruta do Mato*, ou païsagens primorosas como a dessa madrugada com que abre o romance da *Bugrinha* — a moça sem nome, predilecta do autor; figura encantadora de silvestre apêgo — como que uma liana brava feita amante dolente e sacrificada, e que hoje já corre o mundo em espanhol, francês, alemão, e até em esperanto.

Para o Dr. Afrânio Peixoto, o romance não pode

ser o domínio dum único sentimento, mas a imagem da vida cambiante e simultânea. A alma humana não é uma nota, mas sim, uma orquesta. «Um homem ou uma mulher não representam na vida, como nos romances, uma virtude ou um defeito... mas um mundo de virtudes e defeitos» — diz «seu Zorô», na *Fruta do Mato*, acrescentando: «Quando os leitores procurarem a realidade na arte, haverá menos personagens brilhantes, excessivas, magníficas, odientas, miseráveis... haverá mais homens e mulheres alternativamente bons e maus, grandes e mesquinhos, bravos e cobardes, e nos quais essas qualidades se anulam ou se compensam, dando a imensa maioria dos que não têm caracter, mas que nem por isso deixam de viver e fazer a vida nossa e dos outros.»

O autor perfilhou essa opinião, denotadora da lúcida atitude dum observador sereno, que, mesmo nos paroxismos da paixão, não perde o domínio de si próprio e só deixa o sonho avançar até ao limite que êle lhe estabelece.

Oriunda dum país novo, que precisa de disciplinar e manter tensa a sua energia, é, quanto a mim, admirável de exemplo e de lição a obra do Dr. Afrânio Peixoto — sólida vitória humana duma vontade brasileira.

O tempo, que me foi concedido, está a terminar. Só lhes posso, por isso, indicar de fugida algumas outras obras dêste autor, que Portugal lucrará em conhecer.

Como resumo dos seus dotes de polígrafo, ha o ameno volume da *Poeira da Estrada*.

Como espuma do seu espírito scintilante, os curtos trechos das *Parábolas*. Dos pontos de vista e esforços do pedagogo, ex-director da Escola Normal e antigo director da Instrução Pública, dá fé o seu último volume *Ensinar a ensinar*.

O Dr. Afrânio Peixoto foi, ainda, o prefaciador dos três primeiros volumes da interrompida série de «Clássicos Brasileiros» da Academia, e, com o ilustre director da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Dr. Constâncio Alves, é um dos organizadores da *Antologia Brasileira* da Livraria Aillaud.

Deve-se-lhe também um livro semelhante ao das *Mil Trovas* portuguesas. São as *Trovas populares brasileiras*.

No prefácio dêsse cancioneiro popular, o lusismo do seu coleccionador não deixou de, como sempre, se manifestar: «Não é fácil suprimir de nós o que temos de lusitanos» — escreve o Dr. Afrânio Peixoto. — «Quando Portugal o reclama, nós lho resti-

tuímos, e já é muito; quando não, é nosso, pois fomos dêle e ainda não somos bem nossos.»

Termino com essas palavras; palavras do coração, o grande motor das duas pátrias, que hoje, mais uma vez, se abraçaram aqui.

MANUEL DE SOUSA PINTO
Professor da Cadeira de Estudos Brasileiros.

# A CADEIRA DE ESTUDOS CAMONIANOS

Senhor Presidente,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores.

FAVOR da sorte que me levou ao Brasil, há um ano e meses, deu-me a conhecer o sumo tónico dos frutos colhidos no trabalho honesto, através das mais consoladoras compensações morais. E o último dêsses frutos, último na ordem cronológica, sendo dos primeiros no sabôr delicioso, foi a honra de ter sido eleito pelo senhor Zeferino de Oliveira, um dos maiores da colónia portuguesa no Rio de Janeiro, para tratar com o Terreiro do Paço, em seu nome, da criação da cadeira de estudos camonianos numa das nossas Universidades, — razão porque me coube a honra de ter a palavra nesta Faculdade, na abertura desta cadeira, representando o seu nobre instituïdor.

A ideia mãe da iniciativa altíssima por esta forma efectivada, já V. Ex.as sabem donde veio. A-pezar-

-disso, não me dispenso de também lhe fazer uma referência, pois convém lembrá-la e relembrá-la para bem a prendermos à memória, para melhor a chegarmos ao coração.

A ideia da criação desta cadeira, ouviram-no dizer V. Ex.as já nesta sala, é do meu querido amigo e eminente camarada dr. Afrânio Peixoto — romancista de almas, não concertista de manequins, escritor brasileiro a quem a dignidade portuguesa deve as mais ennamoradas expressões de louvor. Afrânio Peixoto, camonista de consciência e de paixão, um dos autores dêsse livro erudito e pitoresco que se chama o *Dicionário dos Lusíadas,* vendo criada na Itália a cadeira de estudos dantescos, vendo a laborar na França a cadeira de estudos huguescos, sentiu-se no dever de lançar pregão a favor da intituïção em Portugal da cadeira de estudos camonianos.

Nessa data presidente da Academia de Letras Brasileira, desde moço professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, desculpável era que a lembrasse para uma das Universidades do seu país, onde sciências e artes se professam na língua de Camões. Mas, cumulando em dons de eqüidade e de cortesia, quis que fôssem para nós as primícias dêsses estudos. Nós, Portugal, somos o sub-solo donde brotou o límpido manancial da língua, pelo

génio imortal do poeta iluminado de imortalidade. Era justo e lógico iniciar em Portugal, fonte da língua mãe, os estudos do épico e lírico que mais concorreu para a sua transparência luminosa, para o brilho insinuante e a ligeireza moderna do verbo dos dois povos lusíadas — o português e o brasileiro.

Assim, Afrânio Peixôto, ao advogar a criação da cadeira, pediu-a para o nosso país. E sempre superior, e sempre lógico, em vez de se dirigir aos nossos homens de Estado, impondo ao tesouro de Portugal o encargo pecuniário do seu orçamento, falou aos colonos portuguêses da capital carioca, encarecendo-lhes a emprêsa de tomarem sôbre si próprios esse ónus orçamental. Porque, sendo a obra épica de Camões a emergência da obra monumental das Descobertas, e os colonos de hoje, referia-se aos do Brasil, os legítimos continuadores do sonho dos de ontem, legítimo seria que fôssem os portugueses do Brasil a custear as despesas dos estudos camonianos.

Então, sem alarde, sem ostentação, quási escondendo-se como se estendesse a mão para cometer um crime, quasi anulando-se como se abrisse a bôlsa para receber uma esmola, um homem surde do seu pôsto de trabalho e prontifica-se a oferecer do seu cabedal o bastante para efectivar a aspiração do romancista.

Afrânio Peixoto, encantado com a linda oferenda de Zeferino de Oliveira — o colono português que para si só requereu o encargo de custear a cadeira, em troca do silêncio dos beneficiados — promove a intervenção oficial do encarregado de Negocios, snr. Dr. Joaquim Pedroso, no belo pleito, abandonando-o e deixando-o caminhar por seu pé ao vê-lo vivaz e adoptado como filho de bênção.

O nosso Ministério dos Estrangeiros, solicitado pelo Sr. Dr. Joaquim Pedrôso, oficia ao Ministério da Intrução a propôr a abertura dos estudos. E este aceita com júbilo a instituïção generosa da prometedora catedra.

É neste momento que o Sr. Zeferino de Oliveira, através do seu secretário particular, o jornalista carioca Sr. Domingos Cardoso, me confere as suas credenciais para ultimar, junto dos Ministérios, as formalidades do preceito regulamentar.

Precisa que se fixe o montante do capital a transferir a favor da administração universitária. Indica três professores para a eleição do proprietário da cadeira. E deixa à minha escolha a Universidade a dotar com o novo curso — que deveria sêr obrigatório, a fim de não cair na modorra letal do abandono.

Nunca recebi encargo de mais grata sedução. Em primeiro lugar êle vinha afirmar-me, na insinuante

lógica dos factos, que os meus compatriotas do Rio se não consideravam vexados com a memória da minha passagem pelo Brasil. Em segundo lugar oferecia-me o ensejo de colaborar, com palavras e actos, na efectivação duma obra cuja beleza não sei encarecer.

Fiz o que era preciso — mas não precisei fazer muito, por ter encontrado nos meus amigos Sr. Dr. Queiroz Velloso, insigne Director desta Faculdade e ilustre Director Geral do Ensino Universitário, do Ministério de Instrução, no Sr. Abel Dias, primaz do mesmo Ministério, como *munus* da diocese dos números, tudo quanto em boa vontade e zeloso cuidado podia desejar.

Estabeleceu-se a obrigatoriedade da freqüência do curso criado. Não escolhi a Universidade que com êle devia ser dotada no receio de que o coração atraiçoasse o direito. Foram o Sr. Hélder Ribeiro e o Sr. Dr. Queiroz Velloso, aquele Ministro da Instrução nessa altura, que procederam a essa escolha, aplaudidos por gregos e troianos. Dos três professores indicados pelo Sr. Zeferino de Oliveira, a Sr.[a] D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, o Sr. Dr. José Maria Rodrigues, ou o Dr. Teófilo Braga — êste morto já à data em que recebi tais instruções — foi designado o sábio camonista Sr. Dr. José Maria Rodrigues.

15

Elegeu-o a sua alta competência para o exercício de tal magistério, e a coïncidência de ser professor da Universidade de Lisboa, visto a cadeira ficar privativa da mesma Universidade. O Sr. Dr. José Maria Rodrigues, a-pesar-de só pelos seus méritos profissionais e por aquela circunstância, alheia à sua vontade, ter sido o professor eleito, não aceitou o respectivo diploma, num escrúpulo de registar, sem que antes eu explicasse a sua situação à eminente romanista Sr.ª D. Carolina Michaëlis. Por último, o prelado do numerário, Abel Dias, fixou em 3.200 libras o respectivo orçamento — e fixou-o em libras no intuito de proteger a cadeira contra as bruscas oscilações e mortais pontapés do malabarismo cambial.

Devo confessar que, chegado a êste cabo tormentoso — 3.200 libras, mais ou menos a 140 escudos a libra, somavam então quási 450 contos da nossa moeda, — julguei perdido o caminho da cubiçada Índia, em que o Preste Joham é o Poeta.

Meu Deus! ¡450 contos a cargo da bôlsa dum homem só!

Como o Sr. Zeferino de Oliveira, que em seguida à honrosa outorga das suas credências, do Brasil partira para a Itália em viagem de recreio, se encontrasse, nessa conjuntura, de regresso aos seus, na sua linda casa de Penafiel, escrevi-lhe sem demora,

pedi-lhe que viesse imediatamente a Lisboa, convencido de que ia ver morrer, no breve espaço duma conversa, a flor do meu contentamento.

O Sr. Zeferino de Oliveira desceu à cidade. Fui procurá-lo ao Hotel Borges. Expus-lhe as facilidades da rota percorrida, perdendo-me em minúcias, demorando-me em rodeios, no mêdo do momento decisivo. Mas o momento dicisivo soou — quando o Sr. Oliveira, investindo contra o fôsso dos rodeios e das minúcias, perguntou tranquilamente:

— ¿E o que tenho de depositar para tudo isso?

Respondi-lhe, quási a tremer, quási a gaguejar:

— Isto... diz o Abel Dias... devem ser precisas... umas 3.200 libras...

— Sim senhor... Vou já pô-las à ordem da Universidade no Banco Ultramarino.

E disse-me o que aí fica num tom tão natural, sem alteração de voz ou crispação de gesto, que o julguei vítima de uma ilusão de acústica — que em vez de 3.200 libras percebera 3.200 escudos.

Repeti, agora mais resoluto, agora mais claro:

— Sim, são 3.200 libras...

— 3.200 libras em títulos da Dívida Externa... Não sei se o Estado preferirá outro papel.

Caí das nuvens. Eu não ignorava a grandeza de ânimo dêste homem singular, para quem o numerário

não representa senão o instrumento das utilidades e dos caprichos. Eu ouvira por mais duma vez a crónica dêste colono rico, dono de muitas das maiores indústrias do estado do Rio e director dum dos mais afamados bancos do Brasil — que em nada se mostra um coleccionador de valores, sempre ligeiro em transformá-los no pão das almas e no recreio dos corpos. Eu sabia-lhe das prodigalidades magníficas em proveito e louvor da sua linda, da sua fresca, da sua juvenil Penafiel. Eu conhecia a história anónima dalguns dos seus feitos mais notáveis, história contada em segrêdo, pois em obediência aos seus evangelhos êle não consente que a mão esquerda diga das dávidas da direita.

A-pesar-de tudo, do que já conhecia e sabia das suas virtudes de daimôso e grande, fiquei mudo de surpresa, quedei-me assombrado de admiração, diante da fidalguia da sua atitude.

E não tanto, meus senhores, pela importância da soma a doar — 450 contos, mesmo em regímen de moeda fraca, são ainda um prémio gordo de loteria. Principalmente pela despreocupada simplicidade que emmoldurou o seu rasgo de potentado.

Essa simplicidade, que nos comoveu a todos, — a todos os que assistimos a êsse acto raro, a êsse acto único, e que, embora raro e único, o Estado não

revestiu da mais elementar solenidade — manteve-a no Ministério, na tarde em que assinou a escritura de doação.

Eu não venho aqui fazer o elogio do benemérito fundador da cadeira de estudos camonianos nesta Universidade. O que aí fica, o que dêle publiquei, o que do seu acto trouxe aos pretores, não passa dum breve relatório, duma modesta notícia sem outro relêvo além da fidelidade.

Mas se êsse fôsse o meu intuito, se tivesse a intenção de elogiar Zeferino de Oliveira, ¿o que poderia eu acrescentar a mais, que mais o levantasse aos vossos olhos? Felizes os que dispensam a escadaria de bom ou mau mármore do panegírico ou da comenda para atingir o alto logar pelos seus actos conquistado na vida. Afortunados os que não precisam de andores, os que nos desobrigam de os colocarmos entre colunas estilizadas e arcos baldaquinados, para que o mundo os veja passar. Bem-aventurados os que subiram conduzidos só pela fôrça do seu pé, os que se revelaram pelo simples poder do seu braço. Porque dêsses, se é preciso que as multidões se descubram, se importa que os devotos ergam as mãos, bastará dizer à sua passagem:

— É o autor desta obra!

— É o senhor daquele feito!

Eu disse qual a obra do que neste momento passa, ficando para sempre. Eu apontei o feito ilustre do varão assinalado de hoje, que por todos os àmanhãs falará dos seus méritos.

Pelo que, tudo quanto viesse depois disto, labaredas crepitantes de estilo de romaria, ou fumo suave de incenso laudatório, seria indigno de mim, pois conheço a modéstia espartana do cidadão aqui festejado, seria impróprio de Zeferino de Oliveira, cuja atitude moral não cabe no quadro inexpressivo da palavra ou do gesto.

Resta-me acrescentar os meus votos pelos benefícios do que se fez. A obra está criada. O campo aí o tendes, aberto e franco ao labor de todos. Não lhe falta um único elemento de vida desafogada e de compensador trabalho — nem água de regadio, nem terra asseçoada, nem semeador de feição. O Sr. Dr. José Maria Rodrigues, sábio professor e austero funcionário, tendo sido em toda a sua carreira um excelente mestre, será na cadeira de estudos camonianos o mestre por excelência. Porque, ao tomar na mão experimentada o regimento dêstes estudos, não lhes traz apenas um vasto cabedal de sciência. Com a sciência traz o amor — a semente e o sol. O saber vem de braço dado

com a paixão — o gérmen activado pela fecundidade.

E se não falta nada ao campo doado a esta instituïção, nem água, nem terreno, nem semeador, os jornaleiros que vierem colher-lhe o fruto, hão-de procurar colocar-se a altura de o colherem são, de o receberem sazonado, fazendo-o crescer e multiplicar em benefício dos pobres e dos famintos.

Mais ainda — em benefício do próprio orago da nova capela hoje eregida em seu louvor, do Poeta monumental a que o feriado de 10 de Junho deu o designativo popular de S. Camões.

Camões, para a maioria das gentes lusitanas, — e excluo desta maioria, as que só o conhecem pelo ôlho cego — não tem senão um ôlho e uma face. Da sua fisionomia admirável, em que se reflectem todos os grandes impulsos dramáticos e tôdas as suaves expressões líricas, a quási totalidade dos devotos conhece metade. Vêem-lhe a face direita. Mal suspeitam a esquerda. Conhecem o Poeta da jornada milagrosa dos Descobrimentos e das Conquistas, o da epopeia, o da tuba épica, o da arte maior, o dos *Lusíadas*. Desconhecem o Poeta da peregrinação religiosa pelas quatro partidas do sentimento, o do lirismo, o da flauta pastoril, o da arte menor, o do Amor.

E no entanto, se Camões é dos Patriarcas da Epopeia — se é dos três que alumiam a terra à luz solar da Constelação Maior, a do triângulo de eternidade que do céu da Grécia, com a *Odisseia,* assentando no céu da Itália, com a *Eneida,* cinge nos braços, com os *Lusíadas*, o céu de Portugal; no género lírico, segundo o depoïmento insuspeito da senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, é o maior das modernas nações latinas, maior do que Dante, Petrarca, Ariosto e Tasso.

Mas a epopeia, construída em alvejante mármore de Carrara, com a ornamentação erudita trazida dos jardins olímpicos da mitologia e da lenda, com a decoração scientífica sorvida nos profundos mistérios da cosmografia e da meteorologia, nunca poderá penetrar na alma das maiorias.

Dizia-me alguém, há tempos, na lúcida visão comparativa das proporções, que há entre nós muito quem desdenhe Wagner por não ser acessível sem certa preparação musical. Fêz charadas musicais — afirma-se freqüentemente. E a admitirmos tal desdém, concluía a inteligência que assim falava — nós, simultâneamente condenamos o príncipe dos nossos poetas, só familiar aos eruditos e aos estudiosos...

Isto é exacto, considerando o príncipe dos nossos poetas através do critério dominante, na exclusivi-

dade do seu estro épico. Se o considerarmos na sua feição lírica, não afirmo que êle possa ser o bardo popular, no significado rígido da palavra. Camões vôa sempre demasiado alto para roçar a aza vigorosa pela cabeleira desgrenhada das giestas e das estevas. Mas será o Poeta dos grandes e dos médios no bemdito culto da comunidade luzitana.

Na sua lírica surgem também dificuldades a vencer. Aqui, ali, além, deparam-se-nos expressões de seio impenetrável ao sentido dos profanos, acentua-se por vezes o condimento de modismos de excessivo travo erudito para o paladar dos médios. Tudo isso é nada, porém, ao lado da maravilhosa florescência, rica de capitosos perfumes e explendorosa de lúcida simplicidade, dos vastos jardins encantados em que se sucedem os setins purpureos das rosas de todo o ano, os esmaltes vivos dos junquilhos de toda a parte, o explendor carnal dos martírios e das papoilas, dos mirtos e dos bemmequeres de talhe e olôr ao geito da vista e do olfato de santos e pecadores. São sonetos, redondilhas, lindos vilancetes, balouçantes como ancas núbeis de bailadeiras, deliciosas sátiras, mordentes como ferrões doirados de abelhas, aos pares, às dezenas, às centenas, em moitas de hilariante policromia, em canteiros de delicadíssima trama. E o que nêste

ou naquele verso, na endecha ou no vilancete, apareça de avêsso ao gôsto dos nossos dias, facilmente se sujeita ou afeiçoa a êsse gôsto, em edições como a da *Antologia* organisada pelo mestre do escrúpulo e da disciplina, pelo lapidário do saber e da beleza que é o senhor Dr. Agostinho de Campos.

Só por êste processo Camões se tornará rigorosamente o nosso poeta nacional. Poeta nacional, não sómente por ter escrito a epopeia luzitana, eucaristia sagrada em que se encontram presentes e vivos o corpo guerreiro e a alma aventurosa da Pátria Portuguesa. Poeta nacional por ser o verbo cristalisado da nação da conquista e do amor, a cuja mêsa eucarística possam comungar ao menos os grandes e os médios: — os sacerdotes do culto na hostia votiva do Te-Deum dos *Lusiadas*, sacerdotes e fieis na partícula amorável da festa singela das *Liricas*.

Sim, mesmo nesta festa, ao lado dos profanos, confundidos na multidão dos leigos, veremos ajoelhados, e de mãos postas, os sacerdotes e os iniciados. Porque são êles até os melhores mordomos da ruidosa romaria. A senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, expoente mental de relêvo máximo entre nacionais e estrangeiros, foi das primeiras a dobrar o joelho na capela festiva. O sabio eminente Rosenkrauz adianta-se lá da culta Alema-

nha, a dizer que o admira tanto na epopeia como no lirismo. O notavel professor Schlegel avança, também da Alemanha, clamando não ser fácil encontrar outro lírico egual entre os modernos. Guilherme Stork, um dos seus mais considerados comentadores, coloca-o na vanguarda dos maiores líricos de todos os tempos. Byron, o satírico malhumorado da heráldica dos nossos Douros licorosos e do atrazo dos nossos costumes citadinos, considera dadiva de valia a das *Obras Líricas* do poeta. Aubrey Bell, o crítico admirável e calmo da nossa literatura, rotula de divinas algumas das suas quintilhas. E é Joaquim Nabuco, e é o Visconde de Juromenha, é Teofilo Braga, Leite de Vasconcelos, Luciano Pereira da Silva, Agostinho de Campos, e tantos outros, de subida mentalidade, rendendo hossanas e louvores ao vate enternecido dos suspiros e dos madrigais.

De propósito deixei para o fim a citação do senhor Dr. José Maria Rodrigues — o grande mestre, professor destes estudos, que no seu *Camões e a Infanta D. Maria* tão brilhantes luzes acendeu no altar do Amoroso.

De resto, ainda que as maiorias de hoje não acompanhassem a romagem, seria nacional o interesse do regresso do poeta ao seu alto solar lírico.

É das suas varandas iluminadas que se debruça o emotivismo ingénuo e sensual da raça. É dentro dêle que florescem e vivem as seivas da terra natal — as seivas em que palpita a alma de D. Sancho I, em que estremece o estro de D. Denis, em que refulge a emoção de Garcia de Rezende, criadas e alimentadas por quantos choraram, gemeram e riram fora e dentro do Cancioneiro. Esse lírico solar do morgado das luzas letras, tem para nós o duplo encanto da harmoniosa linha arquitectural e do pulcro sabor nativista: — foi feito com a pedra maleável dos nossos calcáreos, com a argila colorida das nossas saibreiras, adornado com a madresilva dos adros ressumantes de frescôr, povoado de virgens e milagrosas do agiológio português.

Depois, se os cronistas de quinhentos muito pouco escreveram da vida e obras do poeta — fingindo não o vêr, e louvaminhando o palaciano Caminha — êle deixou bem marcados os seus passos de gigante, timidos e fortes, nessa especie de antifonario pagão do ofício cristão de amar e de sofrêr. Estão ali todas as suas esperanças e todos os seus desfalecimentos. As suas fôrças e as suas fraquezas. As suas alegrias e as suas dôres — as sete divinas espadas da dôr, que o ergueram à divindade. Sem elas, rico e feliz, incensado e farto, êle

não seria o imortal Luíz de Camões. Êle seria apenas um gordo Sancho Pança.

Na sua lírica anda a sua história. Na sua lírica está a sua biografia. Na sua lírica vive a sua vida.

Altar e calvário — atravez dela o surpreendemos levantando na mão trémula o calix do ofertório, a trasbordar o licôr aromático da fé na beleza e na graça da mulher. Ao mesmo tempo, no chão florido das redondilhas e dos sonetos, avultam os sinais das chagas que regaram de sangue a sua via dolorosa. No poema épico êle alteia-se no Olimpo, reluzente como um Deus, hombro a hombro com os deuses. Nos poemas menores trilha o humano caminho do destino, na humildade do «poverello» de S. Francisco, verdadeiramente «o pobre que comia dos amigos», na expressão flagrante de Diogo do Couto — pobre de bens de alma, estendendo a mão à caridade das suas Rainhas Santas.

É aí, nesse chão florido e nesse horto cuidado das açucenas e dos martírios, que êle nos aparece sob a corôa de espinhos, flagelado e misericordioso, amando e sofrendo, trepando ao calvario, subindo à cruz, para morrer por nós — para nos redemir e salvar.

E é olhando-o assim, no seu calvário, na sua morte, na sua ressurreição, que nós vêmos quanto

êle é o próprio corpo e a própria alma de Portugal — que morre com êle na noite afrontosa dos Filipes, que com êle ressuscita na manhã de resgate de D. João IV.

Será por esta forma, reconstituindo a fisionomia integral de Camões, colocando a par do Camões dos *Lusíadas* o Camões das *Lusíadas,* que estes estudos terão correspondido por inteiro à aspiração de Afranio Peixoto, à fidalguia de Zeferino d'Oliveira.

SOUSA COSTA

# A INAUGURAÇÃO

DA

# CADEIRA DE ESTUDOS CAMONIANOS

Ex.^mo Sr. Embaixador do Brasil,
Srs. Ministros,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores.

DIA de hoje é de gala para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Vai produzir-se no seu seio o facto de maior alcance nacional e de mais valioso significado na Comemoração do centenário de Camões: a inauguração da cadeira de estudos camonianos, devida à admirável iniciativa dum brasileiro ilustre entre os mais ilustres, e à patriótica liberalidade dum devotado filho da nossa terra, hoje residente nas Terras de Santa Cruz. E porque assim é, a Faculdade honra-se com a presença, a êste acto solene e festivo, do sr. Embaixador do Brasil, sempre solícito em testemunhar o seu grande interêsse por tudo que representa estreitamento das relações amistosas dos dois povos irmãos, que falam a mesma língua, opulenta e harmoniosa, em que Camões fundiu os seus versos imortais; dos srs. Ministros dos Negócios

Estrangeiros e da Instrução Pública, empenhados em manifestarem a elevada consideração em que o Govêrno Português tem os artífices desta obra gloriosa, e o seu reconhecimento de quanto importa aos brios nacionais o funcionamento do curso que hoje vai iniciar-se; e, emfim, de tantas individualidades eminentes nas letras portuguesas e brasileiras, igualmente desejosas de evidenciarem a satisfação que lhes causa êste faustoso acontecimento, e a atenção e simpatia que lhes merece a nova instituïção.

A todos apresento, em nome da Universidade de Lisboa, e muito especialmente em nome da sua Faculdade de Letras, os mais rendidos e sinceros agradecimentos.

Pena é que não possa assistir a êste acto o ilustre director da Faculdade de Letras, o sr. dr. Queiroz Veloso, que a tanto peito tomou a criação dêste Curso, e que tantas provas tem dado de grande patriota e acérrimo propugnador do lustre e engrandecimento da sua Faculdade; mas sua Ex.ª, que se encontra explorando os riquíssimos tesouros dos arquivos espanhóis, a colher elementos para refazer em muitos pontos obscuros a história da nossa pátria, acompanha-nos seguramente em espírito, sentindo-se avassalado pelo mesmo júbilo de que todos nesta sala nos achamos possuídos.

Foi do sr. dr. Afrânio Peixoto, antigo presidente da Academia Brasileira de Letras, a cativante iniciativa da criação, entre nós, duma cadeira de estudos camonianos; e, entendendo que devia interessar, de preferência, nessa criação a colónia portuguesa do Brasil, encontrou logo às primeiras diligências um português generoso e amante da sua terra, o sr. Zeferino Rebêlo de Oliveira, que se prontificou imediatamente a assumir êle só todos os encargos a ela inerentes.

Para a regência da nova cadeira foi designado o eminente camonianista e distinto professor da Faculdade de Letras, o sr. dr. José Maria Rodrigues. Não há ninguém que desconheça a profunda erudição de sua Ex.ª, as suas criteriosas qualidades de investigador e a sua inexcedível competência na exegese e apreciação da obra de Camões. A sua escolha para esta honrosa missão é já uma maneira condigna de corresponder aos nobres intuitos dos generosos instituïdores; mas a Faculdade de Letras quere tornar ainda mais soléne e significativa a manifestação do seu reconhecimento, pelo facto em si, e por ter sido ela a escolhida para sede e guarda da cadeira de estudos camonianos. Por sua iniciativa, a Universidade de Lisboa confere ao professor ilustre, médico eminente, camonianista insigne e académico autorizado, que é o dr. Afrânio Peixoto, o grau de doutor

*honoris causa.* É a mais elevada distinção, que pode dispensar-lhe, e a parcimónia, para não dizer avareza, com que a Universidade até hoje tem concedido estes graus de doutor, prova bem o muito valor que lhes atribui e o extraordinário merecimento que reconhece naqueles a quem entende dever conferi-los.

Ao dedicado português, de tão rasgada e patriótica iniciativa, que é o sr. Zeferino Rebêlo de Oliveira, confere a Universidade de Lisboa o título de *benemérito* da Universidade. É a primeira vez que atribui êste título a alguém, porque é também a primeira vez que um particular se torna crédor da sua gratidão por um acto de tão útil e penhorante benemerência.

Assim, antes de dar a palavra ao ilustre professor, sr. dr. José Maria Rodrigues, para versar, com a sua notória autoridade, e perante êste auditório de escôlha, a importância e dificuldade dos estudos camonianos, cumpre-me o agradável dever de proclamar, como de facto proclamo:

Doutor *honoris causa*, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o sr. dr. Afrânio Peixoto;

Benemérito da mesma Universidade, o sr. Zeferino Rebelo de Oliveira.

PEDRO JOSÉ DA CUNHA
Reitor da Universidade de Lisboa.

# A FUNDAÇÃO DA CADEIRA
DE
# ESTUDOS CAMONIANOS
NA FACULDADE DE LETRAS
DE LISBOA

EM meados de Janeiro de 1924, enviou o Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao Ministério da Instrução Pública, a cópia dum telegrama do sr. dr. Joaquim Pedroso, encarregado de negócios no Brasil, comunicando que, por iniciativa do sr. dr. Afrânio Peixoto, alguns beneméritos membros da colónia portuguesa desejavam fundar na Faculdade de Letras de Lisboa uma cadeira de Estudos Camonianos; e preguntando se «o govêrno daria o seu consentimento e em quanto importaria o custeamento da cadeira». A resposta era urgente, pois o sr. dr. Afrânio Peixoto queria anunciar a bôa nova na conferência que em 4 de Fevereiro, para celebração do quarto centenário do nascimento do poeta, devia realizar no Gabinete Português de Leitura.

Apressou-se o Ministério da Instrução a responder, aplaudindo em calorosos têrmos a iniciativa do brasileiro ilustre, bizarramente coadjuvado por generosos corações portugueses. Em novo telegrama, informava o sr. dr. Joaquim Pedroso haver já par-

tido para a Europa o sr. Zeferino Rebêlo de Oliveira, que a si tomara a realização da emprêsa, acrescentando que iniciador e doador veriam com prazer, no sr. dr. José Maria Rodrigues, o primeiro professor dessa cadeira. Coïncidência feliz, mas natural para quem conhece os eruditíssimos trabalhos do eminente camonista, o seu nome fôra também oficialmente indicado pela Direcção Geral do Ensino Superior.

Não veio logo para Portugal o sr. Zeferino de Oliveira; e de passagem para a Itália, encarregou o sr. dr. Sousa Costa de o representar em todos os actos necessários para a efectuação do seu compromisso. Não houve longas conversações, nem surgiu entre os interessados qualquer dúvida. O sr. Zeferino de Oliveira fazia directamente à Faculdade de Letras de Lisboa a doação de 235 títulos provisórios, ao portador, do empréstimo português de 1923, do valor nominal de dez libras ouro cada um, títulos que deviam ser retirados do lote que o doador tinha depositado no Banco Ultramarino. A Faculdade de Letras, como entidade autónoma e no uso do direito que o Estatuto Universitário lhe confere, aceitava a doação com o encargo de criar e manter perpètuamente uma cadeira de Estudos Camonianos, devendo nos títulos definitivos ser feito o averbamento

à Faculdade, com expressa referência ao encargo da doação. Foi a escritura lavrada no dia 5 de Abril, pelo notário dr. Eugénio de Carvalho e Silva, que desejando associar-se ao generoso acto do sr. Zeferino de Oliveira, nada quis de seus honorários. Assinaram-na, além do doador e do director da Faculdade, os srs. drs. José Maria Rodrigues, Luciano Pereira da Silva, Alberto de Sousa Costa e Alberto de Barros Castro, Tomás da Fonseca, Abel Dias da Silva e Domingos Cardoso.

Só quem não teve o prazer de assistir a esta cerimónia, tão modesta e ao mesmo tempo de tão alta e nobre significação, é que se não sentiu enternecido até às lágrimas, ao ver a simplicidade com que o opulento industrial entregava tão importante soma para que o culto camoniano tenha sempre, em Portugal, uma capela votiva, uma cadeira pública, onde se possa ensinar às gerações futuras o que é e o que representa Camões, o cantor da civilização ocidental, como lhe chamou Cervantes. E essa modéstia foi até o ponto de ocultar a hora do seu embarque, dois dias depois, para o Brasil.

Na conferência que o sr. dr. Afrânio Peixoto realizou no Gabinete Português de Leitura — já publicada sob o título «A Camonologia ou Estudos Camonianos» — disse o eminente escritor brasileiro: «Sinto,

meus senhores, neste instante uma das maiores emoções da minha vida, a de um homem humilde, fraco, «baxo e rudo», como diria o Poeta, que a poder apenas do seu muito amor, consegue, graças à generosidade portuguesa, esta maravilha; Camões, assunto de humanismo, de civismo, de patriotismo, ensinado numa Universidade lusitana, para glória e honra de nossa Língua, de nossa Raça, de nossa História e de nossas Aspirações!».

Dante, desde o século XIV, que tem, em Florença, uma cadeira especial; Vítor Hugo vai tê-la em breve, na Universidade de Paris. E Camões, muito maior do que o segundo e não menos genial poeta que o primeiro, não tinha ainda a trezentos e quarenta e quatro anos da sua morte, uma cadeira para estudo da sua vida e da sua obra: as «Rimas», cujo lirismo, principalmente nos «Sonetos», não foi ainda excedido em qualquer outra literatura; os «Lusíadas», cuja alma é o profundo sentimento da nacionalidade, a síntese do génio português, na sua língua e na sua história.

As navegações dos séculos XV e XVI são o facto culminante da civilização moderna; e a Portugal, a despeito da escassez da sua população — pois não tinha nessa época, dois milhões de habitantes — coube o primeiro papel nesse ciclo de grandes feitos, em

que não se sabe qual admirar mais, se a heroicidade da aventura, se a tenacidade da emprêsa, se o plano scientífico que a orienta e dirige. Só de Portugal podia sair, portanto, a epopeia do mundo moderno; e teve a sorte de encontrar em Camões um admirável representante dêsse extraordinário movimento de ideas, que então agitavam os mais altos espíritos, estrangeiros e portugueses. Educado em Coimbra, para onde D. João III transferira a Universidade, Camões — o «bacharel latino», como lhe chamava André Falcão de Rezende — é um exemplo típico do enciclopedismo da Renascença. A literatura grega e latina; os modernos escritores italianos e espanhóis; tôda a literatura nacional; tôdas as crónicas; toda a sciência cosmográfica; os antigos geógrafos; tudo Camões leu e conservou com fidelidade e segurança na sua memória assombrosa, para depois o espalhar às mãos cheias, nas páginas do seu poema imortal.

O herói dos «Lusíadas» é o «peito ilustre lusitano»; são as tradições nacionais, encarnadas nas figuras dos nossos heróis, a lealdade em Egas Monis e Martim de Freitas, o amor em Inês de Castro, o patriotismo em Nun'Álvares, a cavalheiresca gentileza no grão Magriço, a abnegação e o sacrifício no Infante Santo, a grandeza em Afonso de Albuquer-

que, a honra imaculada em D. João de Castro, a bravura, a intrepidez, a coragem serêna e reflectida em tantos obscuros soldados da África e da Índia! O génio de Camões fez assim da nossa história não apenas uma epopeia, mas uma bíblia, o livro por excelência do nosso patriotismo, onde podemos ir buscar sempre, em tôdas as crises de desalento, novas energias para novos cometimentos. Por isso pôde dizer, na sua conferência, o autor dêsse admirável livrinho de educação cívica, «Minha terra e Minha gente», estas belas palavras, tão gratas ao nosso coração: «Portugal, o Brasil — seu prolongamento no tempo e no espaço — nós, os Lusíadas, nós temos no Poema nossa fé de ofício, nossos pergaminhos, nossos brazões, nossa fé, nossa esperança, e Camões é um dêsses génios-heróis, representativos duma raça, como que o seu grandioso símbolo na História...».

Foi grande a honra que a Faculdade de Letras de Lisboa recebeu, em haver sido escolhida para sede e guarda da cadeira de Estudos Camonianos. Em Novembro próximo, será ela inaugurada solenemente, tendo o Conselho Escolar já resolvido dar à sala, onde se efectuem as lições, o nome dêsse benemérito compatriota, a cuja rasgada generosidade se deve que «o feito nunca feito» fôsse realizado. E ao pro-

fessor ilustre, ao médico eminente, ao escritor insigne, ao actual presidente da Academia Brasileira — a mais respeitável das instituïções literárias do Brasil — será então conferido o grau de Doutor em Letras, a mais alta distinção que a Faculdade pode outorgar a alguém. Raras vezes, o capêlo e a borla doutorais terão recaído em mais nobre figura, tanto pelo que legìtimamente vale a sua grande e variada obra, como pelo seu intrínseco e sentido amor às coisas portuguesas.

Ao terminar, aqui deixo um apêlo a quantos, em Lisboa — em Portugal — se interessam por estes assuntos. Á semelhança do que se fez no Rio de Janeiro, ¿porque se não congregam todos os devotos de Camões, para constituir e manter uma Sociedade de Estudos Camonianos? Por tôda a parte florescem sociedades análogas. Em Camões há sempre que estudar, muito que descobrir ainda.

10 de Junho de 1924.

J. M. DE QUEIROZ VELLOSO
Director da Faculdade de Letras de Lisboa.

## COPIA DA ESCRITURA DE DOAÇÃO

NO ano de mil novecentos e vinte e quatro, aos cinco dias do mês de Abril, nesta cidade de Lisboa e gabinete do senhor Director Geral do Ensino Superior no Ministério da Instrução, aonde eu Eugénio de Carvalho e Silva, notário da comarca, com cartório na rua de São Julião, cento quarenta e seis, vim chamado, aqui perante mim e as testemunhas idóneas adiante nomeadas, cuja identidade reconheço, compareceram: Como primeiro outorgante, o senhor Zeferino Rebêlo de Oliveira, casado, industrial e capitalista, cidadão português, residente no Rio de Janeiro, e acidentalmente nesta cidade, no Hotel Borges, na rua Garrett. Como segundo outorgante, o senhor Doutor José Maria de Queiroz Veloso, casado, professor e alto funcionario dêste Ministério, morador na rua Nova da Piedade, número quarenta e sete, outorgando na qualidade de Director e em representação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, qualidade que me fêz certa pela apresentação da certidão, hoje extraída em meu cartório, do têrmo de sua posse, documento que arquivo para ser transcrito em tôdas as cópias desta escritura. São ambos os outorgantes pessoas cuja identidade reconheço.

Perante as referidas testemunhas, pelo primeiro outorgante, senhor Zeferino Rebêlo de Oliveira, foi dito: Que nos termos e sob as condições constantes desta escritura, êle primeito outorgante faz doação à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de duzentos e trinta e cinco títulos provisórios, ao portador, do Empréstimo Português de mil novecentos e vinte e três, do valor nominal de dez libras ouro cada um, no montante nominal total de duas mil trezentas e cinqüenta libras

ouro, com o encargo e obrigação de a mesma Faculdade donatária criar e manter perpètuamente uma cadeira para ensino de estudos camonianos na mesma Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Que os mesmos titulos deverão ser entregues ao segundo outorgante pela Direcção do Banco Nacional Ultramarino, nesta cidade, a qual deverá, e fica autorizada, a retirá-lo do lote de títulos dêsse empréstimo, que êle doador tem depositados no mesmo Banco;

Que os títulos definitivos que a Faculdade de Letras, donatária, vier a haver das instâncias competentes em troca dos títulos provisórios neste acto doados, deverão ser averbados a favor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, como donatária, com expressa referência ao encargo que lhe resulta desta doação e com a cláusula de reversão dos mesmos títulos para êle doador, e, na sua falta, para os seus legítimos herdeiros, logo que se verifique a hipótese, não esperada, de a mesma cadeira de estudos camoneanos vir a ser extinta.

Que, nestes termos, êle primeiro outorgante se obriga a fazer esta doação boa, firme e de paz a todo o tempo e a responder pela evicção.

Pelo segundo outorgante, senhor Doutor José Maria de Queiroz Veloso, foi dito:

Que como legal representante da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nos termos do artigo trinta e dois do Estatuto Universitário constante do Decreto número quatro mil quinhentos e cinqüenta e quatro de seis de Julho de mil novecentos e dezoito, e no uso do direito que à mesma Faculdade de Letras confere o artigo quarenta e um do mesmo Estatuto, aceita, para a sua representada Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entidade autónoma nos termos do artigo trinta e seis do mesmo diploma, a doação que acaba de ser-lhe feita pelo primeiro outorgante, com o referido encargo, que êle segundo outorgante, em nome da donatária, se compremete a satisfazer, criando a referida cadeira de estudos camonianos e conservando-a perpètuamente.

Assim disseram e outorgaram, do que dou fé perante as teste-

munhas senhores Doutor José Maria Rodrigues, solteiro, maior, professor da Universidade de Lisboa, morador na rua de Dom Carlos Mascarenhas, vinte e oito, Doutor Alberto Mário de Sousa Costa, casado, secretário do Tribunal do Comércio desta cidade e homem de Letras, morador na rua Borges Carneiro, quarenta e cinco, Doutor Luciano Pereira da Silva, solteiro, maior, professor da Universidade de Coimbra e aí morador, José Tomás da Fonseca, casado, professor do ensino normal, morador em Coimbra, a Santo António dos Olivais, Domingos Cardoso, casado, jornalista, morador no Rio de Janeiro e também acidentalmente no Hotel Borges, nesta cidade, Abel Maria Dias da Silva, casado, Director da Contabilidade do Ministério da Instrução, morador no Largo do General Pereira de Eça, número doze, e Doutor Alberto de Barros Castro, casado, médico, morador na Avenida Fontes Pereira de Melo, trinta e nove, que vão assinar esta escritura com os outorgantes, depois de perante todos ela ter sido lida em voz alta por mim, notário.

Leva esta escritura selos no valor de quarenta e sete escudos e setenta e cinco centavos, calculados sôbre cento e dois contos e duzentos e vinte e cinco escudos, valor real dos títulos doados segundo a última cotação oficial.

*Zeferino Rebêlo d'Oliveira, — José Maria de Queiroz Velloso, — José Maria Rodrigues, — Alberto Mário de Sousa Costa, — Luciano Pereira da Silva, — José Tomás da Fonseca, — Domingos Cardoso, — Abel Maria Dias da Silva, — Alberto de Barros Castro, — Eugénio de Carvalho e Silva,* notário.

O original tem coladas e devidamente inutilizadas estampilhas, sendo do imposto do sêlo na importância total de quarenta e sete escudos e setenta e cinco centavos e de contribuïção industrial na importância total de vinte e dois escudos e onze centavos.

Cartório do notário, Bacharel Eugénio de Carvalho e Silva, — Rua de S. Julião, 146 — Lisboa.

(*Livro de notas para actos e contractos*, n.º C 21, fl. 97 verso.)

# ÍNDICE